

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCIELI SOTTILI E SUCELAINÉ MARIA MABONI

**CONTABILIDADE GERENCIAL, O USO DA INFORMAÇÃO
GERENCIAL NUMA PEQUENA EMPRESA.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO-PR

2009

FRANCIELI SOTTILI E SUCELAINÉ MARIA MABONI

**CONTABILIDADE GERENCIAL, O USO DA INFORMAÇÃO
GERENCIAL NUMA PEQUENA EMPRESA.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco.

Orientador: Paulo Roberto Pegoraro, Msc.

PATO BRANCO
2009

FRANCIELI SOTTILI E SUCELAINÉ MARIA MABONI

**CONTABILIDADE GERENCIAL, O USO DA INFORMAÇÃO
GERENCIAL NUMA PEQUENA EMPRESA.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco.

Orientador: Paulo Roberto Pegoraro, Msc.

BANCA EXAMINADORA

Professor Paulo Roberto Pegoraro, Msc.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Orientador

Professor Antônio Cecílio Silvério
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Banca Examinadora

Professor Álvaro Scolaro
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Banca Examinadora

Dedicamos este estudo:

Aos nossos pais: Décio e Marines e Valdir e Neiva (em memória);

Aos nossos companheiros Paulo e Mauricio.

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que ajudaram a concluir este trabalho e a eles nossos sinceros agradecimentos...

Às nossas famílias, pelo amor, carinho, apoio e compreensão;

Aos nossos namorados, pelo amor e incentivo;

Ao professor Msc. Paulo Roberto Pegoraro, pela sua paciência, dedicação e por aceitar a orientação deste estudo;

Ao administrador da empresa, o qual foi realizado o estudo de caso, pela sua paciência e dedicação;

Aos amigos e amigas da Universidade, pelas amizades;

A todos que colaboraram de alguma forma para a realização deste trabalho;

E a Deus, pois, sem sua ajuda, nada teria sido possível.

"Não espere por oportunidades extraordinárias. Agarre ocasiões comuns e as faça grandes. Homens fracos esperam por oportunidades; homens fortes as criam."
(Orison Swett Marden)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Composição do Ativo (R\$)	55
GRÁFICO 2: Composição do Ativo (%)	55
GRÁFICO 3: Composição do Passivo (R\$).....	56
GRÁFICO 4: Composição do Passivo (%)	56
GRÁFICO 5: Capital Circulante Líquido	57
GRÁFICO 6: Índices de Liquidez	58
GRÁFICO 7: Estrutura de Capital Patrimonial e Endividamento.....	58
GRÁFICO 8: Indicadores de Margem e Rentabilidade	59
GRÁFICO 9: Faturamento Bruto Mensal	60
GRÁFICO 10: Área de Maior Preocupação	61
GRÁFICO 11: Conhece o Termo Contabilidade	61
GRÁFICO 12: Contabilidade nas Empresas	62
GRÁFICO 13: Motivo da Escolha da Contabilidade Externa	62
GRÁFICO 14: Para que Serve a Contabilidade	63
GRÁFICO 15: Como Analisa os Números da sua Empresa	64
GRÁFICO 16: Existe Fluxo de Caixa na Empresa	65
GRÁFICO 17: Periodicidade da Projeção do Fluxo de Caixa	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação do Porte das Empresas de acordo com o número de funcionários	20
Tabela 2 – Evolução da distribuição dos estabelecimentos	21
Tabela 3 – Evolução da distribuição da massa de remuneração dos empregados ..	22
Tabela 4 – Demonstração do Ativo	54
Tabela 5 – Demonstração do Passivo	55
Tabela 6 – Demonstração do Resultado do Exercício	56
Tabela 7 – Apresentação do resultado das perguntas 8 a 11	63
Tabela 8 – Apresentação do resultado das perguntas 17 a 20	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira.....	23
Quadro 2 – Características da Informação para tomada de decisão	26
Quadro 3 – Exemplo da Estrutura do Balanço Patrimonial conforme Lei 11638/07 .	34
Quadro 4 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício conforme Lei 11638/07	36
Quadro 5 – Estrutura do Balanço Patrimonial Padronizado	38
Quadro 6 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto	40
Quadro 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto	41
Quadro 8 – Exemplo da estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	43
Quadro 9 – Representação gráfica da Demonstração do Valor Adicionado	44

LISTA DE SIGLAS

Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVA	Demonstração de Valor Adicionado
PL	Patrimônio Líquido
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de serviços
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
PIS	Programa de Integração Social
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
LC	Lei Complementar
CCL	Capital Circulante Líquido
ABC	<i>Activity Based Costing</i>
CMV	Custo da Mercadoria Vendida
CP	Curto Prazo
ET	Endividamento Total
PC	Passivo Circulante
PELP	Passivo Exigível a Longo Prazo
LC	Liquidez Corrente
LS	Liquidez Seca
LI	Liquidez Imediata
LG	Liquidez Geral
CTRTR	Capital de Terceiros sobre Recursos Totais
GCT	Garantia de Capital de Terceiros
DCPET	Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total
IPL	Imobilizações do Patrimônio Líquido
ML	Margem Líquida
RA	Rentabilidade do Ativo
RPL	Rentabilidade do Patrimônio Líquido

RESUMO

Este trabalho descreve a origem da contabilidade, a micro e pequena empresa de acordo com a legislação vigente e a contabilidade gerencial como ferramenta que pode auxiliar na tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. O trabalho apresenta ainda, os modelos das demonstrações contábeis, através das quais foi possível aplicar índices financeiros e econômicos que podem ser de grande utilidade na gestão do negócio. Apresenta um estudo de caso em uma pequena empresa do ramo de auto peças e mecânica pesada. E encerra com o resultado da pesquisa em que foi possível identificar que o campo para a contabilidade gerencial nas pequenas empresas é amplo, pois os entrevistados demonstraram não possuir conhecimento na área, porém existe interesse na sua implantação.

PALAVRAS CHAVE: Contabilidade gerencial. Micro e pequena empresa. Tomada de decisão.

ABSTRACT

This paper describes the origin of accounting, the micro and small companies according to the current legislation and management accounting as a tool that can be used in the decision taking in micro and small companies. The paper also describes the models of financial demonstrations that permitted to apply financial and economic indices that can be very useful in the business management. It presents a study of case in a small company of heavy mechanic. And ends with the results of the search that permitted to identify that the management accounting field in small companies is big, because the respondents have not demonstrated knowledge in the area, but there is interest in its implementation.

KEY WORDS: Management accounting. Micro and small companies. Decision taking.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 METODOLOGIA	15
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	17
2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE	17
2.2 A PEQUENA EMPRESA	20
2.3 A CONTABILIDADE GERENCIAL	22
2.3.1 Controle Interno	24
2.3.2 Sistemas de Custeio	27
2.3.3 Análises das Demonstrações Contábeis	33
2.3.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados	33
2.3.3.2 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	38
2.3.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	42
2.3.3.4 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):	43
2.3.3.5 Análise de Indicadores	44
3 ESTUDO DE CASO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	54
3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA ANALISADA	54
3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA	54
3.2.1 Ativo	54
3.2.2 Passivo	55
3.2.3 DRE	56
3.2.5 Índices de Liquidez	57
4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	60
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6 - REFERÊNCIAS	69
7 – ANEXOS	71
7.1 QUESTIONÁRIO	71
7.2 BALANÇO PATRIMONIAL E DRE COM ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL	74

1 - INTRODUÇÃO

De acordo com Hoss *et al.* (2006) a contabilidade surgiu da necessidade humana de controlar suas riquezas, ou seja, de saber sobre o seu patrimônio. Com a evolução da humanidade e desenvolvimento dos mercados saber apenas, o quanto se tem já não é mais o bastante.

Com a competitividade cada vez mais acirrada entre as empresas, quem tem informação e souber como usa-lá pode aumentar suas chances de permanecer no mundo dos negócios. Neste contexto temos, então, que a contabilidade serve como instrumento para a tomada de decisão, desde que consiga gerar informações úteis e em tempo hábil, através da coleta de dados econômicos e relatórios que atendam as necessidades de seus usuários.

Deste modo o ramo desta ciência que tem por objetivo suprir os gerentes de um elenco maior de informações é a contabilidade gerencial, pois é voltada para fins internos (Marion, 2006). Com ela o administrador pode obter informações do tipo: preço de um produto, o que é mais viável, dívidas de curto prazo ou longo prazo, aumentar os estoques, reduzir custos, ter o local da empresa alugado ou aplicar no imobilizado, entre outros.

Portanto, para o emprego do conhecimento citado acima será feita uma pesquisa bibliográfica sobre contabilidade gerencial e, em seguida aplicado numa pequena empresa do ramo de auto-peças e mecânica pesada, na forma de estudo de caso realizado na empresa. Através das informações geradas, será elaborado um questionário e distribuído entre micro e pequenos empresários, verificando de acordo com sua opinião, se o controle gerencial é uma ferramenta de uso viável para a pequena empresa.

1.1 Tema

Contabilidade Gerencial

1.1.1 Formulação do problema

Qual a importância da contabilidade gerencial e quais as informações necessárias para o gestor na tomada de decisão?

1.2 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Abordar a contabilidade gerencial na pequena empresa e verificar a importância das informações geradas para a tomada de decisão.

1.1.2 Objetivos específicos

Abordar em forma de pesquisa bibliográfica a contabilidade gerencial.

Identificar, em pesquisa bibliográfica, as diferenças entre os métodos de custeio por absorção, variável e de atividades.

Analisar as demonstrações contábeis.

Aplicar um instrumento de pesquisa para levantar a opinião referente a informação gerencial como ferramenta para uma pequena empresa nas cidades de Pato Branco e Pranchita/PR.

Apresentar o resultado da pesquisa relacionando-a com o trabalho executado.

1.3 Justificativa

De acordo com a pesquisa do SEBRAE realizada no ano de 2008, “Taxa de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas” as pequenas empresas têm buscado cada vez mais conhecimento e informação para se manter no mercado. Por este motivo a contabilidade gerencial pode auxiliar, também, a pequena empresa, a saber, mais sobre o seu negócio fornecendo informações mais próximas da realidade para poder projetar um futuro mais seguro possível.

1.4 Metodologia

Primeiramente, será feita uma pesquisa bibliográfica sobre contabilidade, pequena empresa e contabilidade gerencial, em seguida o levantamento de dados através de um estudo de caso numa pequena empresa. Após o término deste, será aplicado um questionário que será distribuído entre empresários e administradores, para verificar se, de acordo com sua opinião, o controle gerencial é uma ferramenta de uso viável para a pequena empresa.

No estudo de caso serão analisadas o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e os indicadores financeiros.

Para Oliveira (2001) a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno. É de grande importância, pois, através desta pesquisa podem se obter várias informações que comprovem e complementem uma determinada teoria.

Já, o estudo de caso, trata-se de acordo com Gil (2002), de um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (...). Pois, é desta forma que se poderá conhecer melhor o objeto de estudo, que no caso é uma pequena empresa do ramo de auto-peças e mecânica pesada.

O questionário será utilizado na forma de abordagem quantitativa. Segundo Oliveira (2001) este termo significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações (...), este método auxilia na investigação e melhor visualização das opiniões para a apuração do resultado.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados os aspectos teóricos que envolvem a contabilidade, sua origem e seus objetivos. Em seguida a definição dada pela Lei 128/2008, que altera a Lei 123/2006, sobre micro e pequena empresa. Após será abordado alguns conceitos de contabilidade gerencial, suas características e objetivos. E por fim, segue a abordagem dos principais índices de análise financeira.

2.1 Origem da contabilidade

A contabilidade existe desde o surgimento da humanidade. Com o passar dos anos, o homem foi acumulando riquezas e a comunidade crescendo, fazendo com que surgisse a necessidade de novas formas de cuidar dos seus bens. Então, a partir daí, surgiram os primeiros vestígios de um registro contábil e com ele a história da contabilidade.

Segundo Sá,

Admite-se, pois, que há cerca de 20.000 anos, o homem já registrava os fatos da riqueza em contas, de forma primitiva buscava, assim memorizar aquilo que dispunha e que não precisava mais buscar na natureza, porque armazenava. (SÁ, Antonio Lopes, 1997, pg. 20)

Acredita-se que com o desenvolvimento da civilização, principalmente na mesopotâmia, lugar pesquisado por arqueólogos e estudiosos, o começo da escrita cuneiforme, deu início a uma contabilidade mais moderna, pois, os povos já não usavam mais escrever nas paredes das cavernas, mas sim registros em plaquinhas de argila, demonstrando que houve um grande avanço.

De acordo com Sá,

No Oriente, todavia, sem os problemas decorrentes dos latifundiários e declínios das cidades e das sociedades, sem a influência do clero, estruturou-se um critério de registro que mais tarde se aperfeiçoaria na Itália, na Baixa Idade Média e que seria denominado de partidas dobradas ou partidas duplas. (SÁ, 1997, pg. 34).

Mediante as dificuldades que sofreu o mundo ocidental, os grandes estudiosos (como frei Luca Pacioli e tantos outros religiosos que escreveram a história da contabilidade), não deixaram de criar e inovar, buscando conhecer melhor a matemática e a aritmética, e usá-la para melhorar as técnicas contábeis.

Com esses esforços, surgem às famosas partidas dobradas, o popular débito e crédito como é conhecido hoje.

Até o século XVI, a contabilidade estava totalmente com sua base voltada para o empirismo (período pré-científico), e foi a partir do final desse século que começou a se libertar de tal característica. Com isso, surgem às doutrinas contábeis, com a finalidade de definir os elementos fundamentais de uma ciência. No entanto, a libertação do empirismo só ocorreu no século XIX.

Segundo Melis, citado por Sá,

A contabilidade, nesse período, libertou-se da estreita ótica dos registros e passou ao exame do natural conteúdo dos registros, buscando o verdadeiro “objeto da ciência contábil”. Cada um teve sua ótica própria em relação à matéria de estudo, mas todos buscaram a mesma com seriedade. (SÁ, 1997, pg. 60)

Com a modernização da contabilidade, pela evolução da escrita contábil, é natural que novas idéias surjam e, com isso a contabilidade como as outras matérias, se torna uma ciência, ganhando seu espaço e aprimorando os conhecimentos até então acumulados, para ganhar seu espaço e tornar-se de fato uma ciência.

Foi em conseqüência do aprimoramento da contabilidade através do desenvolvimento de uma contabilidade científica, o crescimento do comércio com as expansões marítimas, a descobertas de novas terras até então desconhecidas, o desenvolvimento da indústria a criação de grandes empresas como as sociedades anônimas etc., que propiciou o crescimento da contabilidade em países como os Estados Unidos.

O surgimento do *American Institut of Certield Public Accountants* foi de extrema importância no desenvolvimento da Contabilidade e dos princípios contábeis. Várias associações empreenderam muitos esforços e grandes somas em pesquisas nos Estados Unidos. Havia uma total integração entre acadêmicos e os já profissionais da Contabilidade, o que não ocorreu com as escolas européias, onde as universidades foram decrescendo em nível e em importância.

A criação deste instituto foi muito importante para o crescimento e desenvolvimento da contabilidade. Nos EUA, com a quebra da Bolsa de New York em 1929, houve a necessidade de estabelecer normas padronizadas, daí o surgimento dos Princípios Contábeis.

Segundo Favero,

As escolas americanas além de possuir uma metodologia diferente no ensino da contabilidade também possui dois focos distintos que são a geração de informação aos usuários externos (contabilidade societária ou financeira) e geração de informações aos usuários internos (contabilidade de gestão ou gerencial). (FAVERO, 2005, pg. 20)

Mediante as vantagens que as escolas americanas possuem em relação a outras, fica difícil sua metodologia não se espalhar pelo mundo todo como um modelo de ensino da contabilidade.

A contabilidade no Brasil se inicia com o descobrimento, e se aprimora com o desenvolvimento do comércio, evolução da sociedade e com a criação de armazéns alfandegários. Foi em 1549, que Portugal mandou para o Brasil o primeiro Contador Geral, Gaspar Lamego, cuja missão era controlar os armazéns¹.

Foi somente em 1808, com a chegada da família real e a criação da casa dos contos (tesouro nacional), que proporcionou um desenvolvimento socioeconômico e cultural mais efetivo na colônia. Com a abertura dos portos as nações amigas e o comércio com outros países trouxe a necessidade de um aprimoramento nessa área. Houve a criação e o desenvolvimento de cursos para formar os guarda-livros, como eram chamados na época, pois, a escrituração das contas só poderia ser feita por profissionais formados em aulas de comércio.

Em 1869, foi criada a Associação dos Guarda-livros da Corte, após isso, a profissão foi reconhecida no Brasil como a primeira profissão liberal².

No Brasil, o ensino da contabilidade, levou quase cem anos para estruturar-se. Foi somente em 1902, que foi fundada a Escola Prática de Comércio, atualmente Fundação de Comércio Álvares Penteado. Até meados do século XX, sofreu influência da contabilidade italiana, mas com o crescimento do país, desenvolvimento do comércio e a entrada de grandes empresas norte-americanas e inglesas no país, trouxe a necessidade de novos métodos de escrituração, superando os até então existentes.

No pensamento de Favero (2005),

Paralelamente à instalação das indústrias, instalavam-se as empresas de auditorias, que influenciaram decisivamente na adoção da metodologia americana de contabilidade, uma vez que os profissionais formados com base na escola italiana já não atendiam às exigências dessas empresas. (FAVERO, 2005, pg.21).

¹ Fonte site: www.revista.unifacs.br acessado dia 28 de maio de 2009, às 20:09 h.

² Fonte site: www.revista.unifacs.br acessado dia 28 de maio de 2009, às 20:11 h.

Com a entrada das multinacionais no Brasil, a contabilidade praticada com embasamento na doutrina italiana, já não correspondia às necessidades das grandes empresas que aqui se instalaram. Por esse motivo, surgiram às empresas prestadoras de serviços contábeis americanas, que estavam mais bem preparadas para atender as empresas que aqui se instalaram e, com isso foi inevitável a influencia da escola americana na contabilidade brasileira e nas universidades que hoje ministram cursos de ciências contábeis.

2.2 A pequena empresa

A Lei Complementar 128/2008, que altera a LC 123/2006, em seu artigo 3º define a microempresa e empresa de pequeno porte de acordo com a receita bruta, a qual no inciso 1º é definida como “o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos”. Sendo assim, se enquadra como microempresa a empresa, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera no ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e, no caso de empresa de pequeno porte receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Outra classificação é dada pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que define o porte, se micro ou pequena empresa, conforme o número de funcionários empregados, como mostra o quadro abaixo:

Tabela 1 - Classificação do Porte das Empresas de acordo com o número de funcionários.

Classificação de acordo com o número de funcionários nas empresas		
	MICROEMPRESA	PEQUENA EMPRESA
Indústria e Construção	Até 19	De 20 a 99
Comércio e Serviços	Até 09	De 10 a 49

Fonte: Adaptado de SEBRAE 2008.

Para enfatizar ainda mais a importância da micro e pequena empresa na economia nacional o SEBRAE publicou no ano de 2008 o Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa que tem, também, como objetivo disponibilizar um perfil

sobre a micro e pequena empresa. Segundo a publicação, estes dados se tornam relevantes

quando se leva em conta a redução do número de empregos causada pelas mudanças tecnológicas e dos processos de trabalho nas grandes empresas, apontando para a tendência de este segmento tornar-se cada vez mais representativo para a geração de trabalho e renda e, portanto, para a conformação do mercado de trabalho no país.

(Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2008. pg. 21)

Como poderemos observar na tabela abaixo se torna bastante relevante dar uma atenção especial para a micro e pequena empresa devido a sua grande representatividade dentre os negócios regulares no Brasil.

Tabela 2 – Evolução da distribuição dos estabelecimentos.

Evolução da distribuição dos estabelecimentos, por porte Brasil 2002 - 2006 (em %)					
Micro e Pequena				Grande e Média	
Ano	Micro	Pequena	Total		Total
2002	84,4	13,2	97,6	2,4	100
2003	84,3	13,3	97,6	2,4	100
2004	83,9	13,6	97,6	2,4	100
2005	83,7	13,8	97,5	2,5	100
2006	83,6	13,9	97,5	2,5	100

Adaptada de Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2008, SEBRAE.

De acordo com a pesquisa realizada pelo SEBRAE, até 2006, a quantidade de empresas, incluindo micro, pequena, média e grande com empregados, era de 2.241.071. Deste total 83,6% era de micro empresas e 13,9% de pequenas empresas. De 2002 à 2006 a porcentagem das micro empresas diminuiu cerca de 0,8%, já as pequenas empresas aumentaram 0,7%. Através destes dados observamos que a maioria dos estabelecimentos é de micro e pequenas empresas, pois juntas representam 97,5% do total de empresas no Brasil no ano de 2006.

Conforme a pesquisa, podemos observar como mostra a tabela abaixo, a evolução da distribuição salarial entre 2002 a 2006 de acordo com o porte da empresa e setor de atividade. Estes números também apontam para a grande importância das micro e pequenas empresas na economia deste país. Através dos dados podemos dizer que as micro e pequenas empresas dos setores de comércio e construção são as empresas em que a distribuição salarial é mais elevada, ou seja, de toda a remuneração gerada por estes setores a maior parte vem das micro e

pequenas empresas, assim como no setor de serviços este mérito é das grandes empresas. Já o setor em que as empresas estão mais niveladas é o industrial, isto demonstra a força da micro e pequena empresa que tenta sobreviver no mercado cada vez mais competitivo.

Tabela 3 – Evolução da distribuição da massa de remuneração dos empregados

Evolução da distribuição da massa de remuneração dos empregados, por porte e setor de atividade no Brasil, dados de 2002 - 2006 em %.					
		COMÉRCIO	SERVIÇO	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO
2002	MICRO E PEQUENA	66,9	33,0	31,1	51,9
	MÉDIA	11,7	10,0	31,3	30,6
	GRANDE	21,5	57,0	37,6	17,5
2003	MICRO E PEQUENA	67,3	33,6	30,8	51,7
	MÉDIA	11,6	10,0	31,2	30,0
	GRANDE	21,0	56,4	38,0	18,3
2004	MICRO E PEQUENA	67,6	33,2	29,5	49,9
	MÉDIA	11,3	9,7	30,4	30,7
	GRANDE	21,2	57,1	40,0	19,4
2005	MICRO E PEQUENA	66,7	32,9	29,6	45,7
	MÉDIA	11,2	9,6	29,9	30,2
	GRANDE	22,1	57,5	40,4	24,1
2006	MICRO E PEQUENA	66,4	32,0	29,4	45,0
	MÉDIA	11,0	9,3	29,7	31,2
	GRANDE	22,7	58,7	40,9	23,9

Adaptada de Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2008, SEBRAE.

2.3 A contabilidade gerencial

Como vimos à contabilidade é uma ciência que surgiu da necessidade de se ter informações sobre a riqueza que se possui e, com o passar do tempo, do patrimônio como um todo (Hoss, 2006). Esta evolução deu a tal ciência uma conotação mais relevante, como diz Crepaldi (...)

a contabilidade é um instrumento da função administrativa que tem como finalidade controlar o patrimônio das entidades, apurar o resultado das entidades e prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades aos diversos usuários das informações contábeis.
(CREPALDI, 2002. pg.16.)

Ainda para Crepaldi (2002) “é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos (...).”

Nota-se, portanto, que a contabilidade pode ser de fundamental importância para a empresa, pois, assim terá controle do seu patrimônio e poderá obter as

informações necessárias para tomada de decisão a qualquer momento. Tais informações são geradas através de relatórios como Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Valor Adicionado e, demais relatórios internos chamados de gerenciais, os primeiros são destinados, geralmente, aos usuários externos e os relatórios gerenciais visam atender a necessidades de informações internas.

Hoss (2006) define os usuários das informações contábeis como externos e internos a organização. Ele cita como exemplo de usuários externos os fornecedores, o fisco, os clientes, bancos, etc. Já os usuários internos são considerados por ele, os próprios proprietários, administradores e funcionários, os quais determinam como serão os relatórios dependendo da informação que necessitem.

Observamos, então, que a contabilidade pode oferecer várias ferramentas que auxiliam na gestão e, principalmente, na tomada de decisão. Assim destacamos a contabilidade gerencial, voltada principalmente ao usuário interno que tem a liberdade de moldá-la de acordo com sua necessidade de informação, utilizando os registros e controles contábeis para conduzir a entidade.

Portanto, a contabilidade gerencial se diferencia da contabilidade financeira, como veremos na comparação abaixo, pois, esta é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão fora da organização.

Quadro 1 – Comparativo entre Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira

CONTABILIDADE GERENCIAL X CONTABILIDADE FINANCEIRA		
CARACTERÍSTICAS	GERENCIAL	FINANCEIRA
Usuários	Internos	Externos e internos.
Quanto aos Relatórios	Facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão interna.	Facilitar a análise financeira dos usuários externos.
Quanto a Frequencia	Quando necessário à administração.	Anual, trimestral e ocasionalmente
Quanto a base de dados para quantificar os dados.	Várias bases (moeda corrente, moedas estrangeiras, índices, etc.	mensal. Moeda corrente.
Quanto a restrição nas informações	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.	Princípios contábeis geralmente aceitos.

Quanto Características das informações fornecidas.	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva.	Deve ser objetiva, verificável, relevante e a tempo.
Quanto perspectiva dos relatórios	Orientada para o futuro, para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato, acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais	Orientação histórica.

Fonte: Adaptado de PADOVEZE, 2004.

Para Sérgio de Iudícibus,

a Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório. (IUDÍCIBUS, 1987. pg. 15.)

Ou seja, a contabilidade gerencial pode apresentar uma visão mais clara da situação de uma entidade, pois, não tem uma regra a seguir, a não ser a de facilitar e auxiliar na tomada de decisão.

Segundo Horngren

A contabilidade gerencial refere-se a informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização. Em outras palavras, a contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais. (HORNGREN, 2004. pg. 04.)

Podemos dizer então, que a contabilidade gerencial pode medir o desempenho econômico de uma empresa, fornecendo dados à administração, ajudando-o a melhorar seu desempenho no sentido de atingir as suas metas.

Desta forma a Contabilidade Gerencial preocupa-se com a informação contábil útil à administração. (ANTHONY, 1979).

2.3.1 CONTROLE INTERNO

Uma ferramenta que pode auxiliar a contabilidade gerencial é o controle interno, o qual Crepaldi (1998) define como

o sistema, de uma empresa, que compreende o plano de organização, os deveres e responsabilidades e todos os métodos e medidas adotadas com a finalidade de:

- salvaguardar os ativos;
- verificar a exatidão e fidelidade dos dados e relatórios contábeis e de outros dados operacionais;
- devolver a eficiência nas operações;

- comunicar e estimular o cumprimento das políticas, normas e procedimentos administrativos adotados. (CREPALDI, 1998. pg. 41)

Portanto, o controle interno abrange a organização como um todo, ou seja, cada parte da empresa tem suas funções, suas normas e procedimentos e pessoas responsáveis por eles, assim, ele tem a finalidade de fazer com que cada parte desempenhe corretamente a sua função seguindo as rotinas já estabelecidas e fazendo modificações sempre que necessário, para tornar a organização eficiente.

2.3.1.1 Divisões do Controle Interno

O controle interno divide-se, segundo Crepaldi (1998) em: controles organizacionais, controle do sistema de informação e controle de procedimentos.

Os controles organizacionais referem-se à maneira de designar responsabilidades e delegar autoridade. Em alguns casos é necessário delegar funções e responsabilidades e, para isto, é indispensável estabelecer uma estrutura organizacional adequada, pois, esta estrutura é a base para as atividades de planejamento, execução e controle das operações. (CREPALDI, 1998. P. 43)

Crepaldi (1998) considera a segregação de função e de pessoal fundamental para o bom andamento das operações e processos dentro da empresa.

A segregação de funções pode ajudar a evitar a ocorrência de fraudes e erros, como exemplo, tem-se o processo de emissão e pagamento de salários. Se, somente, uma pessoa realiza todo o processo, ou seja, emite a folha de pagamento e também, faz o pagamento diretamente ao funcionário, podem ocorrer desvios de dinheiro, que não serão percebidos de imediato, porém, podem ser apanhados mediante uma vistoria interna. Mas esta fraude poderia ter sido evitada se houvesse a divisão dos trabalhos, isto é, uma pessoa emitiria a folha de pagamento e outra pessoa faria a conferência e o respectivo pagamento ao funcionário.

Portanto, a segregação de funções nada mais é do que a divisão do trabalho sem que haja a repetição de processos.

Porém, segundo Crepaldi (1998), este sistema de controle interno só será eficaz se houver pessoas competentes e suficientes para realizar o trabalho em cada etapa.

não é eficaz estabelecer procedimentos de controle que exijam a utilização de critérios que superem a capacidade ou a experiência dos indivíduos encarregados da tarefa ou procedimentos de controle que não possam ser aplicados devido a excesso de volume de trabalho dos funcionários. (CREPALDI, 1998. pg. 44)

Para evitar a situação descrita acima é necessário que a administração tome algumas medidas, a saber: verificar o potencial dos funcionários identificando em qual setor suas habilidades serão melhor aproveitadas, realizar treinamentos e oferecer cursos de capacitação, estabelecer uma política de cargos e salários e, em determinados períodos, realizar uma avaliação de desempenho.

O controle do sistema de informação é o controle obtido mediante a prestação de informação aos níveis da administração. Para ter um bom planejamento e controle das operações da empresa, a administração deve ter todas as informações possíveis sobre as atividades e operações da mesma. Para que as informações sejam úteis à tomada de decisões ela deve ser:

Quadro 2 – Características da Informação para tomada de decisão

- | | |
|---|---|
| 1 | Suficientemente detalhada, para permitir identificação das operações "fora de linha" ou possíveis problemas; |
| 2 | Os relatórios devem conter informação relevante para os usuários; |
| 3 | A forma de apresentação deve destacar a informação de maior importância; |
| 4 | A informação deve ser distribuída conforme as responsabilidades atribuídas; |
| 5 | A informação deve ser usada pelos que tenham competência e tempo necessários para compreender seu significado e adotar medidas corretivas, se necessário. |

Fonte: Adaptado de Contabilidade Gerencial, CREPALDI (1998).

Contudo, não basta a administração possuir todas estas informações se não souber o que fazer com elas.

Já, os controles de procedimento referem-se, de acordo com Crepaldi (1998), a observação de políticas e procedimentos dentro da organização e, seu objetivo é o alcance da eficiência operacional e empresarial. Para que este objetivo seja alcançado é necessário que os controles de procedimentos sejam adequados à estrutura organizacional, estejam bem definidos e documentados e sejam fáceis de interpretar e aplicar.

Assim, observa-se que o controle interno é de grande importância para controlar as operações da empresa eficientemente, pois pode fornecer relatórios e análises precisas, que demonstram a situação da organização, além da responsabilidade pela preservação de seus ativos e prevenção ou descoberta de erros ou fraudes, tornando-se, desta forma, um instrumento indispensável para a contabilidade gerencial.

2.3.2 SISTEMAS DE CUSTEIO

Outra área importante da contabilidade gerencial é a de custos, já, que, o custo é uma despesa que se faz para obter um rendimento, ou seja, é um investimento do qual se espera um retorno, e por isto se deve ter em mãos todas as informações necessárias para uma boa administração dos custos. Desta forma a administração necessita de várias informações sobre os custos da empresa, pois, de acordo com Crepaldi (1998) influenciam na determinação da receita, na tomada de decisão, no planejamento, nas avaliações e nos controles. Além disso, é necessário conhecer os métodos de custeio para poder escolher o melhor método assegurando, assim, o uso apropriado dos recursos da empresa.

Segundo Martins (2008) a contabilidade de custos surgiu da necessidade da indústria, após a Revolução Industrial no século XVIII, de identificar os custos dos seus produtos na fase de produção. Essa necessidade foi ampliada e hoje a contabilidade de custos, segundo este autor, tem duas funções relevantes: o auxílio ao Controle, fornecendo dados, orçamentos além da comparação com valores definidos anteriormente e, a ajuda às tomadas de decisões, esta consiste em

alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra ou produção etc..(MARTINS, 2008. pg. 22)

Deste modo esta área da contabilidade gerencial se tornou um instrumento muito relevante para a administração tomar decisões importantes com relação a seus produtos, saber qual é mais rentável, qual está usando mais recursos da empresa, qual tem maior venda, além de algumas ferramentas como ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro e outras informações importantes para a gestão desta área.

Esta ferramenta da contabilidade gerencial pode ser aplicada, além das indústrias, nas empresas comerciais, de prestação de serviço, entre outras. Existem alguns métodos para sua aplicação, basta escolher o mais correto para cada tipo de atividade.

Porém, antes de decidir por um ou outro método é necessário diferenciar alguns termos da contabilidade de custos, sendo eles: gasto, desembolso, investimento, custo, despesa e perda.

Para Martins (2008) gasto é a compra de um produto ou serviço qualquer que gera desembolso, este representado por entrega ou promessa de entrega de ativos, como por exemplo, o gasto com aquisição de serviços de mão-de-obra, no momento em que o serviço for prestado existe o gasto. Portanto o gasto é representado pelo momento em que existe o reconhecimento contábil da dívida. E o desembolso é, portanto, o pagamento da aquisição de tal produto ou serviço.

O termo investimento é definido por Martins (2008) como um gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a períodos futuros. O autor cita como exemplo a aquisição de matéria-prima e explica que é um gasto contabilizado temporariamente como ativo circulante.

O custo, de acordo com Martins (2008), também é um gasto, porém reconhecido como custo realmente, ou seja, a matéria-prima que na sua aquisição foi um gasto que se tornou investimento quando estocado agora, na fabricação torna-se custo do produto fabricado e parte do bem elaborado.

Já a despesa é considerada por Martins (2008) como bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para obtenção de receitas, como exemplo cita a comissão de vendedor que é um gasto que se torna uma despesa.

E a perda é o bem ou serviço consumido de forma anormal ou involuntária (Martins, 2008. P. 26). Ou seja, a perda não ocorreu para que houvesse uma obtenção de receita, o que aconteceu foi um fato anormal que ocasionou um sacrifício de algum ativo involuntariamente como, por exemplo, na ocorrência de incêndios.

Os sistemas de custeio, isto é, a forma como serão apropriados os custos, segundo Crepaldi (1998) são: sistema de custeio por absorção, sistema de custeio variável e o custo-padrão. Martins (2008) cita, ainda, o sistema de custeio baseado em atividades (ABC).

O sistema de custeio por absorção, geralmente, é o que as empresas mais usam por, de acordo com Martins (2008), ser derivado da aplicação dos princípios contábeis e aceito pela legislação comercial e fiscal, e

(...) consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos. (MARTINS. 2008. pg. 37)

Nesta apropriação dos custos de produção a distinção principal se faz entre custos e despesas. Esta separação é importante

(...) porque as despesas são jogadas imediatamente contra o resultado do período, enquanto somente os custos relativos aos produtos vendidos terão idêntico tratamento. Os custos relativos aos produtos em elaboração e aos produtos acabados que não tenham sido vendidos estarão ativados nos estoques desses produtos. (CREPALDI, 1998. pg. 83)

Portanto, este método faz com que cada produto absorva a parcela do custo direto, sendo aquele que é alocado diretamente ao produto, porque há uma medida objetiva de seu consumo, por exemplo, a matéria-prima e a energia elétrica das máquinas; e do indireto, que são aqueles que para serem alocados aos produtos, necessitam da utilização de algum critério de rateio, como por exemplo, o aluguel e salários de supervisores. (CREPALDI. 1998. P. 59)

Observamos, então, que existem algumas desvantagens na aplicação deste método de custeio, pois fornece poucas informações de caráter gerencial, ou seja, que auxiliem na tomada de decisão e, dificuldade em definir o critério para o rateio dos custos indiretos, o que pode ocasionar distorções nas informações sobre o custo dos produtos.

No sistema de custeio variável ou direto há uma separação dos gastos entre variáveis e fixos, isto é, em gastos que aumentam ou diminuem proporcionalmente ao volume da produção/venda e gastos que se mantêm estáveis perante esta oscilação do volume de produção/venda. (CREPALDI. 1998. P.111).

Deste modo, segundo Crepaldi (1998) considera-se custo de produção

(...) apenas os custos variáveis incorridos no período. Os custos fixos, pelo fato de existirem mesmo que não haja produção, não são considerados como custo de produção e sim como despesas, sendo encerrados diretamente contra o resultado do período. (CREPALDI, 1998. pg.111).

Assim, o custo fixo por não estar ligado a nenhum produto ou unidade de produção é distribuído por meio de critérios de rateio em menor ou maior grau, como exemplo, pode-se citar a despesa com aluguel. Já os custos variáveis, de acordo com Martins (2008) são aqueles em que o consumo de materiais diretos depende do volume de produção, ou seja, aumentam ou diminuem de acordo com a quantidade produzida, por exemplo, a matéria-prima.

Porém, este sistema, segundo Crepaldi (1998), não é aceito pelo fisco, já que não atende aos princípios da contabilidade. As empresas utilizam este sistema para análise interna, auxiliando na tomada de decisão de fixação de preços, compra ou fabricação de um produto ou serviço, entre outras.

O sistema de custeio variável oferece ao administrador algumas ferramentas a mais para tomar decisões. Crepaldi (1998) cita a margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e alavancagem operacional.

A margem de contribuição é um conceito de extrema importância para se tomar decisões gerenciais. É a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis.

Segundo Crepaldi,

do ponto de vista da análise da margem de contribuição, as despesas são classificadas como fixas ou variáveis. Os custos variáveis são deduzidos das vendas para obter a margem de contribuição. Os custos fixos são, então, subtraídos da margem de contribuição para obter a renda líquida. (CREPALDI, 1998. pg.121)

Esta informação auxilia o administrador a definir estratégias com relação a preços de venda, quantidade a ser produzida, avaliação de desempenho, entre outras.

Já, o ponto de equilíbrio determina o momento em que não existe lucro nem prejuízo, ou seja, o momento em que as vendas totais cobrem todos os custos e despesas totais.

Segundo Martins (2008) existem, pelo menos, três pontos de equilíbrio: o contábil, quando receitas menos custos e despesas totais dão resultado nulo; o econômico, quando dão como resultado o custo de oportunidade empregado; e o financeiro, quando o valor das disponibilidades permanece inalterado, independentemente de haver resultado contábil ou econômico.

A empresa atinge o ponto de equilíbrio contábil quando a soma das margens de contribuição cobrir todos os custos e despesas fixas, ou seja, o resultado final é nulo. Para encontrar o ponto de equilíbrio econômico Martins (2008) cita como exemplo

(...) uma empresa que tenha tido um patrimônio líquido no início do ano de \$ 10.000.000,00 colocados para render um mínimo de 10% a.a, temos um lucro mínimo desejado anual de \$ 1.000.000,00. Assim, se essa taxa for a de juros no mercado, concluímos que o verdadeiro lucro na atividade será obtido quando contabilmente o resultado for superior a esse retorno. Logo, haverá um ponto de equilíbrio econômico (PEE) quando houver um lucro contábil de \$ 1.000.000,00. O PEE será obtido quando a soma das margens de contribuição, totalizar então \$ 5.000.000,00, para que, deduzidos os custos e despesas fixos de \$ 4.000.000,00, sobrem os \$ 1.000.000, de lucro mínimo desejado. (MARTINS, 2008. pg. 261)

Em resumo, para estipular o ponto de equilíbrio econômico adiciona-se o custo de oportunidade aos custos fixos, visando à obtenção do lucro almejado pelo empresário.

Já, o ponto de equilíbrio financeiro é a quantidade que iguala a receita total com a soma de custos e despesas, que representam desembolso financeiro para a empresa. Neste caso, os encargos da depreciação são excluídos por não representarem desembolso para empresa.³

A margem de segurança é um importante indicador de risco, pois, segundo Crepaldi (1998), aponta a quantidade que as vendas podem cair antes de ter prejuízo. Ou seja, é quantidade de produtos em que se opera acima do ponto de equilíbrio.

Em uma situação em que o Ponto de Equilíbrio fique muito próximo das vendas totais, temos uma margem de segurança muito frágil, pois qualquer redução de atividades coloca a empresa em situação de lucro nulo ou prejuízo.⁴

A Alavancagem operacional

é a medida de extensão de quantos custos fixos estão sendo usados dentro da organização. O termo alavancagem vem da possibilidade de levantar lucros líquidos em proporções maiores do que o normalmente esperado, através da alteração correta da proporção dos custos fixos na estrutura de custos da empresa. (PADOVEZE, 2004. pg. 372)

Portanto, a alavancagem operacional trata da capacidade que a empresa tem de, por exemplo, aumentar a produção, e conseqüentemente seus custos e produzir, assim, um efeito maior do que este aumento no resultado.

Em resumo, pode-se dizer que o sistema de custeio variável é uma ferramenta gerencial, pois fornece alguns dados importantes para a tomada de decisão, já que reduz as distorções existentes nos critérios de rateio usados no sistema de absorção.

Outra ferramenta que pode ser usada em conjunto com o sistema de custeio por absorção ou variável é o custo-padrão, que trata de uma estimativa dos custos apropriados à produção.

Para Crepaldi a finalidade do custo padrão,

³ Site http://www.pde.com.br/conceitos_p2.php, acessado em 29/07/09 às 22h08min.

⁴ Site <http://74.125.95.132/search?q=cache:mPacjFccB7wJ:www.vinteum.com.br/downloads/CUSTOS/download.php%3Ffname%3D/MSOAOGAOeEXERCICIOS.doc+margem+de+seguran%C3%A7a&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>, acessado em 30/07/09 às 20h17min.

é proporcionar um instrumento de controle à administração da empresa. Significa tomar conhecimento de uma determinada realidade, compará-la com aquilo que deveria ser, em termos ideais, identificar oportunamente os desvios e tomar providência o sentido da correção de tais desvios. (CREPALDI, 1998. pg.169).

Desta forma, entende-se que o custo padrão é determinado pela própria empresa, através do conhecimento das atividades e processos de fabricação de seus produtos, além dos preços e quantidades dos insumos que serão usados neste processo.

Se bem avaliado, o custo padrão, pode servir como base para que a empresa consiga identificar, dentro das oscilações existentes, se houve ou não desvios, que trouxeram como consequência, o aumento do custo do produto.

O sistema de custeio ABC, custeio baseado em atividades, para Martins (2008) tem duas versões: a primeira é baseada nas atividades que a empresa efetua no processo de fabricação de seus produtos; é uma metodologia de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos (sistema de custeio por absorção), ou seja, a dinâmica básica é atribuir, primeiramente, os custos às atividades e posteriormente atribuir os custos das atividades aos produtos; a segunda versão tem uma abordagem gerencial e estratégica, que possibilita a análise de custos sob duas visões:

- a) a visão econômica de custeio, que é uma visão vertical, no sentido que apropria os custos aos objetos de custeio através das atividades realizadas em cada departamento; e
- b) a visão de aperfeiçoamento de processos, que é uma visão horizontal, no sentido de que capta os custos dos processos através das atividades realizadas nos vários departamentos funcionais. (MARTINS, 2008. pg. 286)

Conforme Martins, a visão vertical contempla os dados da primeira versão do ABC, já a visão horizontal, serve para análise e aperfeiçoamento dos processos através da melhoria de desempenho na execução das atividades.

Observa-se, então, que o sistema de custeio ABC diferencia-se dos sistemas de custeio por absorção e variável, pois este se apóia no planejamento, execução e mensuração dos custos das atividades, tornando-se uma ferramenta de gestão que pode propiciar vantagens competitivas, por possibilitar aos gestores tomar decisões estratégicas em relação a: alteração nos processos de formação de preços, no *mix* de produtos, eliminação de desperdícios e atividades que não agregam valor, entre outras. (MARTINS, 2008. P. 289)

2.3.3 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para Marion (2005) a análise da variação da riqueza existe há tanto tempo quanto a contabilidade, porém a exigência de um relatório para análise de outras pessoas surge, segundo o autor, a partir do século XIX, através da solicitação dos banqueiros americanos de demonstrativo para avaliação de crédito.

Ainda para Marion (2005), os bancos, principais usuários destas demonstrações, exigiam apenas os Balanços, mais tarde outras demonstrações foram estabelecidas e começaram a ser analisadas para concessão de empréstimos e financiamentos às empresas.

Atualmente a análise das demonstrações tornou-se bastante relevante para os usuários externos a organização. Para Marion (2005), já que a abertura de capital por parte das empresas possibilita que qualquer pessoa seja um acionista, desta forma a empresa que demonstrar, através de seus números, maior possibilidade de ganho terá a preferência entre os investidores.

De acordo com Marion (2005), todas as demonstrações contábeis são importantes e devem ser analisadas, sendo: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração de Valor Adicionado (DVA).

Entretanto a análise das demonstrações citadas acima é, também, um importante instrumento para os usuários internos a organização. Trata-se de uma ferramenta que propicia avaliações do patrimônio e das decisões tomadas, tanto em relação ao passado quanto em relação ao futuro aumentando, assim, a segurança nas decisões do empresário ou administrador.⁵

2.3.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados

O Balanço Patrimonial é a peça mais importante na contabilidade, afirma Padoveze e Benedicto (2007). O BP contém todos os bens (ativo), direitos (ativo) e obrigações (passivo) de uma empresa, de acordo com os autores

⁵Fonte: <http://pt.shvoong.com/business-management/b-accounting/1659771-analise-das-demonstra%C3%A7%C3%B5es-contabeis/>, acessado no dia 24 de abril de 2009 às 19:30 h.

o ativo evidencia os elementos patrimoniais positivos, enquanto que o passivo evidencia dois elementos até antagônicos: mostra, em primeiro lugar, as dívidas da empresa, consideradas elementos patrimoniais negativos e, em segundo lugar, complementando a equação contábil, o valor da riqueza dos acionistas, evidenciada no patrimônio líquido. (PADOVEZE e BENEDICTO, 2007. pg. 27).

Ou seja, representa todo o patrimônio da empresa. Podemos entender melhor visualizando a representação gráfica da citação acima.

Quadro 3 – Exemplo da Estrutura do Balanço Patrimonial conforme Lei 11638/07.

<u>ATIVO</u>	<u>PASSIVO</u>
Ativo Circulante	Passivo Circulante
	Não Circulante: Exigível a Longo Prazo e Result. Não Realizados
Não Circulante: Realizável a Longo Prazo; Investimentos; Imobilizado e Intangível.	Patrimônio Líquido: Capital Realizado; Reservas de Capital; Ajustes de Avaliação; Reservas de Lucro; (-) Ações em Tesouraria e (-) Prejuízos Acumulados.

Fonte: Mudanças nas Demonstrações Contábeis, Coordenadores MARION e REIS; 2003. Adaptado de Lei 11.638/07 e 10941/09

Para classificar as contas do BP usa-se o critério de grau de liquidez conforme descrito por Marion (2003), ou seja, que se realizam em dinheiro mais rapidamente. Desta forma para Padoveze e Benedicto (2007) no ativo circulante teremos, então as disponibilidades, os clientes, os estoques e outros valores a realizar-se no prazo de até 365 dias. E no ativo não circulante, como o próprio nome já indica, são os bens e direitos que se realizarão após o prazo de 365 dias e, ainda, bens adquiridos para utilização na atividade da empresa, como: máquinas, equipamentos eletrônicos, *software*, líquidos de depreciação, amortização e exaustão (PADOVEZE e BENEDICTO, 2007. P. 34).

Se no ativo as contas são classificadas de acordo com o critério de grau de liquidez, no passivo usa-se como critério de classificação o grau de exigibilidade, ou

seja, a dívida em que o vencimento do prazo para pagamento estiver a menos de 365 dias será alocada no grupo passivo circulante. Deste modo o passivo circulante como indica Padoveze e Benedicto (2007) conterà as contas de: fornecedores, impostos a recolher, empréstimos/financiamentos e outras contas a pagar que vencerão em até 365 dias. Já o passivo não circulante conterà obrigações em que a exigibilidade se dará após 365 dias.

O grupo passivo engloba, ainda, um grupo muito importante, o patrimônio líquido, é neste grupo que está demonstrado o capital próprio da empresa. De acordo com Marion (2003) neste grupo estará evidenciado o capital realizado, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucro e os prejuízos acumulados e ações em tesouraria, na forma de conta redutora do capital. Portanto o PL representa o investimento dos proprietários acrescido pelo resultado da atividade num determinado período.

Desta forma podemos dizer que o Balanço Patrimonial é a fotografia de uma empresa num determinado período, pois nele está o resultado de todos os fatos ocorridos no tempo analisado, ou seja, mostra todos os recursos (passivo e PL) necessários para a operação, de que forma foram aplicados (ativo) e, ainda, se as decisões tomadas tiveram resultado positivo (lucro) ou negativo (prejuízo).

Para saber se tais decisões geraram resultado positivo ou negativo é necessário conhecer outro relatório contábil a DRE – Demonstração de Resultado do Exercício. Para Marion (2003) o objetivo básico da DRE é definido como a evidenciação do resultado das operações sociais – lucro ou prejuízo apurando

- a) o resultado operacional do período, ou seja, o resultado das operações principais e acessórias da empresa provocado pela movimentação dos valores aplicados no Ativo;
 - b) o lucro líquido de período, ou seja, aquela parcela do resultado que, efetivamente, ficou à disposição dos sócios para ser retirada ou reinvestida.
- (Mudanças nas Demonstrações Contábeis, MARION, 2003. pg. 32)

É, portanto, um resumo das receitas e despesas de um determinado período que mostra como resultado líquido, ou seja, todas as receitas diminuídas de todas as despesas, o lucro, se o resultado for positivo, ou o prejuízo, se o resultado for negativo.

Para tal evidenciação é necessário que a DRE esteja na forma vertical, isto é, parte-se da receita bruta e, de acordo com os fatos, adições ou subtrações chega-se ao resultado líquido, conforme indicado pela Lei 11638 e demonstrado por Marion (2003), abaixo o quadro mostra como deve ser estruturada a DRE.

Quadro 4: Estrutura da DRE conforme Lei 11638/07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
1	RECEITA BRUTA
2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA
3	RECEITA LÍQUIDA (1-2)
4	(-) CUSTO DA MERC/PROD. VENDIDO
5	(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO (3-4)
6	RESULTADO OPERACIONAL BRUTO (7-8)
7	RECEITAS
8	DEPESAS
9	(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO (5+6)
10	(=) RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES (9+10)
11	(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
12	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
13	(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, AJUSTADO

Adaptado de Mudanças nas Demonstrações Contábeis, MARION (2003) e Lei 11638/07.

Obs: os números na primeira coluna não fazem parte do demonstrativo, foram colocados para melhor entendimento de quais linhas fazem parte do somatório.

O quadro acima mostra os principais grupos de conta que a DRE deve conter.

Sendo eles:

1 – **Receita Bruta:** de acordo com Marion (2003) este grupo corresponde ao valor bruto das vendas e/ou serviços.

2 – **Deduções da Receita:** aqui se incluí os impostos (ICMS, IPI, PIS/COFINS, etc.), além de devoluções, não-efetivação do serviço, etc.

3 – **Receita Líquida:** é o montante correspondente da subtração de Receita Bruta e Deduções da Receita, é o que realmente fica para a empresa.

4 – **Custo da Mercadoria ou Produto Vendido:** são alocados nesta conta os gastos com a mercadoria vendida ou produção do produto. Conforme Marion (2003), no caso de mercadoria (comércio), agrupam-se nesta conta o valor de aquisição, seguros e transporte até o local da venda e tributos devidos na aquisição ou importação e, no caso de produção do produto (indústria), o custo de aquisição de insumos e as despesas diretas.

5 – **Lucro Operacional Bruto:** corresponde ao total da Receita Líquida diminuída do Custo da Mercadoria ou Produto Vendido.

6 – **Resultado Operacional Bruto:** este grupo contém o resultado entre receitas operacionais e despesas operacionais, ou seja, receitas e despesas derivadas das atividades da empresa.

9 – **Resultado Operacional Líquido:** contém a soma entre Lucro Operacional Bruto e o Resultado Operacional Bruto, este poder ser positivo se as receita forem maiores

que as despesas aumentando o Lucro Operacional ou negativo se as despesas forem maiores que as receitas diminuindo, portanto, o Lucro Operacional.

10 – **Resultado Antes das Participações:** é a soma de Resultado Operacional Líquido e Resultado não Operacional, o lucro líquido do exercício antes da dedução do IRPJ e CSLL, da participação de administradores ou diretores e dos empregados.

11 – **Resultado Líquido do Exercício:** aqui contém, então, o resultado efetivo do período que, no entanto, pode ser alterado por eventuais ajustes de exercícios anteriores. (MARION, 2003. P. 36).

12 – **Resultado Líquido do Exercício Ajustado:** o montante que restar nesta conta é o que deve ser lançado no Patrimônio Líquido e dado um destino, de acordo com a vontade dos diretores observando as determinações da legislação vigente.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício são os primeiros relatórios que devem ser analisados, pois, como vimos, estes dois relatórios contém todos os resultados da atividade de uma empresa num determinado período. Com as análises do BL e da DRE é possível conhecer quanto a empresa tem aplicado em sua atividade, a evolução destas aplicações ao longo de um período, bem como as origens para estas aplicações e, ainda, se as decisões tomadas causaram efeito positivo ou negativo.

Para Savytzky (2008) a análise de BL contém três fases, a saber:

- a) exame das contas quanto à sua finalidade e qualidade e consequentemente classificação nos agrupamentos do balanço;
- b) apuração dos índices; e
- c) interpretação.

(SAVYTZKY. 2008. pg. 33)

Portanto, primeiramente, se faz o exame das contas do balanço, que tem por finalidade a reclassificação das mesmas, pois os balanços podem conter valores irreais ou estar mal estruturados e, sem um exame prévio, pode causar distorção na apuração dos índices e, em consequência disto, conclusões erradas.

Desta forma o modelo proposto por Pegoraro (2009)⁶ divide o ativo em financeiro, operacional e não circulante, já no passivo, o passivo circulante divide-se entre operacional, financeiro, não circulante e no patrimônio líquido, o capital já deve aparecer deduzido do capital a realizar e somado as reservas que existirem. Como demonstrado no quadro abaixo.

Quando 5: Estrutura do Balanço Patrimonial Padronizado

⁶ Material de Apoio para Análise das Demonstrações Contábeis 2009.

<u>BALANÇO PATRIMONIAL PADRONIZADO</u>	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Financeiro	Operacional
Disponível	Fornecedores
Aplicações Financeiras	Outras obrigações
Operacional	Financeiro
Clientes	Empréstimos
Estoques	Duplicatas Descontadas
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Realizável a Longo Prazo	Exigível a Longo Prazo
Investimentos	Resultados Não Realizados
Imobilizado	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Intangível	

Fonte: Adaptado de Material de Apoio para Análise das Demonstrações Contábeis 2009, PEGORARO (2009) e Mudanças nas Demonstrações Contábeis, MARION, 2003.

Após este exame e a realocação das contas no BL, Savytzky (2008) sugere que se determine, primeiramente, a situação patrimonial e financeira, bem como, o grau de imobilização e de endividamento e, por fim, a rentabilidade.

2.3.3.2 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A demonstração de fluxo de caixa mostra todo o movimento de entradas e saídas de caixa de um determinado período. Com posse deste demonstrativo o administrador terá a possibilidade de elaborar melhor o planejamento financeiro de curto prazo.⁷

Segundo Marion (2003) por meio DFC

podem ser avaliadas as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira da empresa, as formas de aplicação do lucro gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais quedas do capital de giro. (MARION, 2003.pg.57)

Portanto, a DFC pode ser usada como instrumento de verificação da situação financeira da empresa, presente e futura e, pode-se ainda, através dele analisar

⁷ Site <http://www.ccsa.ufpb.br/~nca/dfc.html>, acessado em 06/08/09 as 20hr41min.

alternativas de investimento e controlar, ao longo do tempo, o impacto das decisões que tenham reflexo monetário sobre a empresa.

Para entender melhor o fluxo de caixa é necessário conhecer as principais transações que podem ou não afetar o caixa da empresa, a saber: ⁸

a) Transações que afetam o caixa (disponível)

Aumento do caixa por:

- Integralização do capital pelos sócios ou acionistas, são os investimentos em espécie realizados pelos proprietários;
- Empréstimos bancários e financiamentos, que são os recursos financeiros oriundos das instituições financeiras;
- Venda de itens do ativo permanente;
- Vendas a vista e recebimentos de duplicatas a receber;
- Outras entradas, como juros recebidos, dividendos recebidos de outras empresas, indenizações de seguros recebidas etc.

Diminuição do caixa por:

- Pagamentos de dividendos aos sócios;
- Pagamentos de juros;
- Aquisição de itens do ativo permanente;
- Compras a vista e pagamentos de fornecedores;
- Pagamentos de despesa/custo contas a pagar e outros.

b) Transações que não afetam o caixa

- Depreciação, amortização e exaustão, são reduções de ativo, sem afetar o caixa;
- Aumento ou diminuição de itens de investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

Após o reconhecimento das transações que afetam ou não o caixa, é possível partir para a confecção do fluxo, o qual é dividido segundo MARION (2003) em três fluxos: fluxo das atividades operacionais, fluxo das atividades de investimento e fluxo das atividades de financiamento.

O fluxo de atividades operacionais é composto por recebimentos e pagamentos derivados da própria operação da empresa e são ligados na maioria das vezes ao ativo e passivo circulante.

⁸ Site <http://www.ccsa.ufpb.br/~nca/dfc.html>, acessado em 06/08/09 às 21hr20min.

No fluxo das atividades de investimento estão representados as aplicações de recursos no ativo imobilizado, com a aquisição de investimentos realizáveis a longo prazo, já, a atividade de financiamento, engloba os dados do exigível a longo prazo e patrimônio líquido.

De acordo com Marion (2003) existem dois métodos para a apresentação da DFC, o método direto e o método indireto. O primeiro é baseado no regime de caixa e o segundo divulga informações mais complexas e de melhor qualidade, pois é necessário que seja realizado uma reconciliação do rendimento líquido para o caixa líquido.

Para compreender melhor o fluxo de caixa, segue abaixo os quadros comparativos entre os dois métodos citados acima:

Quadro 6: Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	
Fluxo de Caixa proveniente:	
1. Das atividades operacionais	
Recebimentos de:	
<ul style="list-style-type: none"> • Clientes • Receitas financeiras • Dividendos de coligadas e controladas • Devedores diversos 	
Pagamentos a:	
<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores de estoques • Impostos e contribuições • Salários e encargos • Devedores diversos 	
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo de caixa originado das atividades operacionais 	
2. Das atividades de investimentos	
Receita de venda de:	
<ul style="list-style-type: none"> • Imobilizado • Investimentos permanentes 	
Aquisições de:	
<ul style="list-style-type: none"> • Imobilizado • Investimentos permanentes • Diminuição de caixa originada das atividades de investimentos 	
3. Das atividades de financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> • Integralização de capital • Novos empréstimos e financiamentos • Amortização de empréstimos e financiamentos • Dividendos a pagar 	
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo de caixa das atividades de financiamento 	
Resumo	
<ul style="list-style-type: none"> • Saldo Inicial + Acréscimo de caixa no período (1+2+3) = Saldo final 	

Fonte: Adaptado de Mudanças nas Demonstrações Contábeis, MARION (2003).

Quadro 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	
Fluxo de Caixa proveniente:	
1. Das atividades operacionais	
Lucro Líquido do exercício	
+/- Receitas ou despesas que não afetam o caixa	
• Receita de equivalência patrimonial	
• Depreciação e amortização	
• Baixa de Ativo Permanente	
• Despesa com devedores duvidosos	
= Lucro Líquido Ajustado	
Acréscimo ou diminuição de ativos operacionais	
• Duplicatas a receber de clientes	
• Contas a receber diversas	
• Adiantamentos diversos	
• Estoques	
• Despesas pagas antecipadamente	
= Diminuição nos ativos operacionais	
Acréscimo ou diminuição de passivos operacionais	
• Fornecedores	
• Impostos e contribuições	
• Salários e encargos sociais	
• Credores diversos	
• Imposto de renda	
= Acréscimos nos passivos operacionais	
= Acréscimo de caixa originado das atividades operacionais	
2. Das atividades operacionais	
Receita de venda de:	
• Imobilizado	
• Investimentos permanentes	
Aquisições de:	
• Imobilizado	
• Investimentos permanentes	
= Diminuição de caixa originada das atividades de investimentos	
3. Das atividades de financiamento	
• Integralização de capital	
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	
• Novos empréstimos e financiamentos	
• Amortização de empréstimos e financiamentos	
• Dividendos pagos	
= Acréscimo de caixa originado das atividades de financiamentos	
Resumo	
• Saldo Inicial	
+ Acréscimo de caixa no período	
= Saldo final	

Fonte: Adaptado de Mudanças nas Demonstrações Contábeis, MARION (2003).

2.3.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Essa demonstração tem por objetivo evidenciar as mutações ocorridas no exercício nas contas patrimoniais integrantes do grupo do Patrimônio Líquido.

A Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) em seu artigo 186 exigiu uma demonstração específica do destino do lucro, quando não distribuído aos sócios e, também das perdas, tal demonstração foi mantida pela Lei 11638/08.

A DMPL contém a movimentação ocorrida durante um exercício nas diversas contas que compõem o patrimônio líquido, sendo elas: capital social, reservas de capital, reservas de lucros, ajuste de avaliação patrimonial, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Esta demonstração, de acordo com MARION (2003), mostra o fluxo de uma conta para outra, indicando a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição do PL durante o exercício.

Para Sá (2008) esta demonstração deve conter:

1. Saldo inicial do exercício;
2. Ajustes que tenham ocorrido no exercício que se demonstra;
3. Correção monetária do saldo inicial do exercício;
4. Reservas revertidas para que se liberassem;
5. O lucro líquido do exercício que se demonstra e que se acresce à situação anterior (1 a 3);
6. O destino que foi dado ao resultado referido, ou seja, o que transferiu para reservas, o que se distribuiu como dividendos, o que se incorporou ao capital, mostrando como se chega ao saldo final. (Sá, 2008, pg. 96)

E seguir os padrões do quadro abaixo:

Quadro 8: Exemplo da estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)						
ELEMENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		CAPITAL	REAVALIAÇÃO	LUCROS		
Saldo no início do período						
(+/-) Ajustes de períodos anteriores					(+/-)	(+/-)
Saldo Inicial Ajustado e Corrigido						
Reversão de reservas de lucros				(-)	+	
Integralização do capital a realizar	+					+
Resultado líquido do exercício					(+/-)	(+/-)
Formação de reservas de:						
Lucros				+	(-)	
Capital		+				+
Reavaliação			+			+
Capitalização de:						
Reservas	+	(-)	(-)	(-)		
Lucros	+				(-)	
Dividendos ou lucros creditados					(-)	(-)
Aumento de capital social pelos sócios/acionistas	+					+
(+/-) Compra/venda de suas próprias ações						
(+/-) Outras mutações						
Saldo Final do Período						

Fonte: Adaptado de NEVES, 2007.

A DMPL, portanto, possibilita ter maior clareza sobre o patrimônio líquido da empresa, já que este é o grupo que mais interessa aos sócios ou acionistas e, ainda, as pessoas externas, principalmente porque é neste grupo que os lucros e prejuízos da empresa são lançados, ocasionando o aumento ou diminuição do patrimônio.

2.3.3.4 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):

O valor adicionado representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo, bem como sua efetiva distribuição. (NEVES, 2007)

Segundo Marion (2003), a demonstração do valor adicionado mostra o quanto de valor a empresa adiciona aos insumos adquiridos por ela e sua distribuição aos elementos que contribuíram para esta adição.

Para Neves (2007) a necessidade de elaboração da DVA surgiu tendo em vista que:

- a) a Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucro, não⁹ identifica, portanto, as demais gerações de riquezas;
- b) as demais demonstrações financeiras também não são capazes de indicar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire; e
- c) as demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de que forma foram distribuídos os valores adicionados ou agregados.

Quadro 9: Representação gráfica da Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	
I -	<p>Geração do Valor Adicionado - Elementos: Receitas Operacionais e não-operacionais (-) Custo das mercadorias, produtos e serviços vendidos. (-) Serviços adquiridos de terceiros. (-) Materiais e insumos, energia, comunicação, propaganda, etc. (-) Outros Valores (=) Valor Bruto Adicionado (-) Despesas de depreciação, amortização e exaustão. (=) Valor Adicionado Líquido (+) Valores remunerados por terceiros (juros, aluguéis e outros) (=) Valor Adicionado à Disposição da Empresa</p>
II -	<p>Distribuição do Valor Adicionado Remuneração do trabalho Remuneração do Governo (impostos e contribuições) Remuneração do Capital de Terceiros (juros, aluguéis, etc) Remuneração do Capital Próprio (dividendos e lucros retidos) Outros (=) Total do Valor Distribuído (igual ao total gerado)</p>

Fonte: Adaptado de NEVES (2007)

⁹ Este item será abordado apenas teoricamente, pois este trabalho é voltado para análise das Micro e Pequenas Empresas, vide o item Metodologia.

Portanto, a DVA indica a parte da riqueza que pertence aos sócios ou acionistas, a parte que pertence aos demais capitalistas que financiam a entidade (capital de terceiros), a parte que pertence aos empregados e finalmente a parte que fica com o governo.

2.3.3.5 Análise de Indicadores

De acordo com Padoveze (2004) os indicadores econômico-financeiros são os elementos que representam o conceito de análise de balanço, estes são obtidos através do balanço patrimonial e da demonstração de resultado.

Tais indicadores têm por objetivo evidenciar a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade atual da empresa, podendo, ainda fazer projeções futuras. Caso estas projeções apontarem para problemas que possam afetar a continuidade da empresa, a administração poderá tomar medidas preventivas.

2.3.3.5.1 Capital de Giro

O termo capital de giro pode ser entendido como os recursos que as empresas mantêm em caixa para atender suas necessidades operacionais imediatas, como por exemplo, negociar preços melhores com os fornecedores, pagar salários e outros. Fazem parte do capital de giro os recursos em caixa, aplicações financeiras, duplicatas a receber e estoques, ou seja, os recursos que podem ser convertidos em dinheiro mais rapidamente.

De acordo com Assaf (2002) os elementos de *giro* estão identificados no ativo circulante e passivo circulante, ou seja, no curto prazo. Por isso, para se determinar o montante que representa o capital de giro é necessário conhecer, também, as dívidas de curto prazo da empresa.

Outros indicadores que podemos obter da análise do capital de giro são o capital de giro líquido (CCL) e o capital de giro próprio. (Assaf, 2002. P.16-18). O CCL pode ser obtido da diferença entre ativo circulante e passivo circulante, segundo Assaf o montante obtido representa a folga financeira da empresa. Se for positivo, ativo maior que passivo, significa que a empresa possui recursos suficientes para financiar a atividade, quando for negativo, aponta a ineficiência dos recursos obtidos, ou seja, não são suficientes ou podem estar aplicados de forma incorreta.

Já para obter o capital de giro próprio o patrimônio líquido deve ser diminuído do ativo permanente e somado ao realizável a longo prazo (Assaf, 2002. P. 18), desta forma é possível identificar os recursos próprios que estão financiando a atividade da empresa.

A gestão do capital de giro deve ser uma das preocupações mais importantes das empresas, pois, caso a empresa não administre corretamente os itens que fazem parte do capital de giro, poderá levá-la a uma situação de insolvência, ou seja, incapaz de cumprir com seus compromissos financeiros.

2.3.3.5.2 Análise da Liquidez

Os indicadores mais usados dividem-se, segundo Padoveze e Benedicto (2007), em cinco categorias, a saber:

- Liquidez
- Estrutura e Endividamento
- Atividades
- Margem e Rentabilidade
- Preço e Retorno da Ação

Os indicadores de liquidez para Marion (2005)

são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato. (MARION, 2005. pg. 83).

Tais indicadores podem ser importantes para ajudar a administração no processo decisório, pois apontam a situação financeira da empresa em determinado momento, porém não devem ser analisados individualmente e, tão pouco, considerados definitivos, já que a fonte para o cálculo destes índices é o balanço patrimonial, o qual poderá ser alterado por qualquer evento que modifique os elementos patrimoniais.

Os analistas financeiros trabalham com quatro indicadores de liquidez, sendo eles: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral.

A Liquidez Corrente, para Padoveze (2004), identifica a capacidade de pagamento da empresa dos valores de curto prazo. É obtida pela fórmula:

Liquidez	Ativo Circulante
Corrente =	Passivo Circulante

Geralmente consideram-se como bons índices aqueles acima de 1,00, pois abaixo deste valor pode-se dizer que a empresa não tem capacidade de saldar seus compromissos de curto prazo.

A Liquidez Seca representa a capacidade de pagamento de curto prazo excluindo-se os estoques. A exclusão dos estoques do ativo circulante transforma esta parcela do ativo apenas em valores recebíveis (Padoveze, 2004. P.211), pois para o estoque tornar-se recebível deve, primeiramente, ser vendido.

É obtida pela fórmula:

Liquidez	Ativo Circulante - Estoques
Seca =	Passivo Circulante

Segundo Padoveze e Benedicto (2007) é importante ressaltar que na análise deste índice deve ser levado em conta o tipo da empresa. Em empresas comerciais os estoques realizam-se mais facilmente do que nas empresas industriais, pelo fato de que nas indústrias existem três tipos de estoque: estoques de matéria-prima, estoques de produtos em elaboração e estoques de produtos acabados.

Geralmente para as empresas industriais é considerado bom indicador acima de 0,70 e para o comércio 0,50 desde que o índice de liquidez corrente seja acima de 1,00. (PADOVEZE E BENEDICTO, 2007. P. 140).

A Liquidez Imediata é o indicador mais claro de liquidez, já que considera apenas os ativos financeiros efetivamente disponíveis, tais como saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, para saldar as dívidas de curto prazo. É obtido pela fórmula:

Liquidez	Disponibilidades
Imediata =	Passivo Circulante

De acordo com Padoveze (2004) não há um número base, pode-se dizer que quanto maior, melhor. Entretanto, o excesso de liquidez imediata pode prejudicar a rentabilidade, ou seja, investindo muito em aplicações financeiras pode faltar recursos para investir na própria atividade.

A Liquidez Geral considera todos os valores recebíveis, tanto de curto prazo quanto de longo prazo. É obtido pela fórmula:

Liquidez	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Geral =	Passivo Circulante + Exigível em Longo Prazo

Para Padoveze e Benedicto (2007) não existe nenhum referencial para este indicador, pelo fato de considerar itens de mesma natureza, porém com diferentes períodos de realização. Para este autor não deve se considerar este índice no processo de análise.

2.3.3.5.3 Análise de Estrutura e Endividamento

A Situação Patrimonial pode ser conhecida através da aplicação da análise vertical ou de estrutura e horizontal. De acordo com Neves (2007) a análise vertical tem por objetivo medir percentualmente cada componente em relação ao todo do qual faz parte, ou seja, medir quanto por cento que cada conta representa em relação ao BL ou a DRE e, ainda, se existir dois ou mais períodos, fazer as comparações necessárias pra a interpretação desta informação.

Já a análise horizontal, para Neves (2007)

avalia o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado numa determinada série histórica de exercícios (NEVES, 2007. pg. 430)

ou seja, compara entre dois ou mais períodos a evolução das contas, tanto do BL quanto da DRE.

Através da análise vertical e horizontal é possível saber, por exemplo, onde a empresa investe mais e por quanto tempo, isto é, uma complementa a outra, desta forma permite tirar conclusões sobre alguns fatos que ocorrem dentro da série de períodos analisados.

Segundo Neves (2007) o endividamento indica o montante dos recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Ainda para ele

(...) existe grande preocupação com o grau de endividamento e com a capacidade de pagamento da empresa, pois, quanto mais endividada ela estiver maior será a possibilidade de que não consiga satisfazer as obrigações com terceiros. (NEVES, 2007. pg. 436).

Portanto, este índice mede a proporção das dívidas da empresa em relação ao capital próprio. Para analisar este indicador são aplicadas, segundo Neves (2007), as seguintes fórmulas:

Endividamento	$\frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo Total}}$
Total =	

O índice acima indica a proporção do ativo total financiada por recursos de terceiros. Segundo Neves (2007) quanto menor este índice, melhor será a situação da empresa, pois, significa que está usando do seu capital para financiar sua atividade, deixando de pagar encargos a terceiros.

Garantia Capital de	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Exigível}}$
Terceiros =	

O índice acima mede a proporção das dívidas em relação ao patrimônio líquido. Para Neves (2007) quanto maior for o capital próprio, maior será a segurança dos credores.

Dívidas de CP	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Exigível (PC + PELP)}}$
sobre o ET =	

Com o índice acima é possível identificar a proporção das dívidas de curto e longo prazo em relação às dívidas totais. Neste índice não se pode definir um padrão, pois, para saber se é melhor para a empresa ter mais ou menos dívidas de curto e longo prazo, é necessário conhecer a atividade e política da empresa e seu ciclo operacional.

Imobilização do	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Capital Próprio	

O índice acima demonstra a parcela do patrimônio líquido aplicado do ativo permanente. Estudiosos da área entendem que nem sempre é bom para as empresas imobilizarem seu patrimônio, pois, a parcela imobilizada pode diminuir o capital de giro da empresa, forçando-a a buscar recursos de terceiros para financiar sua atividade, arriscando-se a pagar juros altos.

2.3.3.5.4 Análise dos Indicadores da Atividade

Esses indicadores buscam evidenciar atividade operacional da empresa e

(...) são calculados inter-relacionando o produto das transações da companhia e o saldo constante ainda no balanço patrimonial, e envolvem os principais elementos formadores do capital de giro próprio da empresa. (PADOVEZE, 2004. pg. 215).

Indicam, portanto, as rotações sofridas pelo capital e por valores empregados na produção mostrando quantas vezes foram empregados e recuperados.

Os principais indicadores que possibilitam analisar a atividade operacional da empresa são os prazos de giro dos estoques, prazo médio de recebimento das vendas, prazo médio de pagamentos das compras, ciclo operacional, ciclo financeiro e giro do ativo (Padoveze. 2004. P. 215). Esses indicadores demonstram quantos dias em média à empresa leva para pagar suas compras, receber suas vendas, renovar seus estoques e recuperar seu ativo. Tais resultados são obtidos através da aplicação das fórmulas abaixo:

$$\text{Giro do Estoque} = \frac{\text{Custo dos Produtos Vendidos}}{\text{Estoques Totais}}$$

Este índice demonstra quantas vezes o estoque foi renovado durante um período. Segundo Padoveze (2004) ele é um dos indicadores da produtividade operacional e ainda é possível identificar a quantidade de dias em que os valores de estoque são suficientes para a produção, para isto é necessário dividir a quantidade de dias pelo índice obtido pela fórmula acima.

$$\text{Prazo Médio de Recebimento} = \frac{\text{Clientes} \times 360 \text{ dias}}{\text{Receita Operacional Bruta}}$$

O índice de prazo médio de recebimento significa quanto tempo, em média, a empresa leva para receber suas vendas, ou seja, para que suas vendas sejam transformadas em dinheiro. É necessário ter cuidado ao definir as políticas de vendas a prazo, ou seja, fornecendo prazos de recebimento de vendas maiores que os prazos de pagamentos a fornecedores, a empresa poderá ter dificuldades em administrar seu capital de giro, se não possuir capital próprio suficiente para sustentar a atividade da empresa. Segundo Padoveze (2004) para que este índice possa cumprir com seu objetivo é necessário fazer o cálculo mensalmente.

$$\text{Prazo Médio de Pagamento} = \frac{\text{Fornecedores} \times 360 \text{ dias}}{\text{Compra Bruta de Material e Serviço}}$$

Este indicador acima para Padoveze (2004) demonstra o prazo médio que a empresa consegue para pagar seus fornecedores. É interessante que o prazo médio de pagamento seja maior que o prazo médio de recebimento.

$$\text{Ciclo Operacional} = \frac{\text{Prazo Médio de Recebimento (+)}}{\text{Prazo Médio de Estocagem}}$$

O ciclo operacional começa na compra das matérias primas e termina no recebimento das vendas. Esta rotação é o chamado ciclo operacional, ou seja, é o período que se inicia na aquisição de matéria-prima e termina no recebimento pela venda do produto final. (Assaf, 2002. P. 19)

Segundo Assaf (2002) o ciclo operacional representa o intervalo de tempo em que não ocorrem ingressos de recursos financeiros na empresa, por isto, quanto mais longo for o período entre a compra de material, produção, venda e recebimento da venda, maior será a necessidade de recursos para financiar o giro da empresa, já que neste mesmo intervalo de tempo a empresa tem saídas de caixa com os custos da produção, pagamentos e financiamento das vendas a prazo.

$$\text{Ciclo Financeiro} = \frac{\text{Ciclo Operacional (-)}}{\text{Prazo Médio de Pagamento}}$$

Através do ciclo operacional pode-se identificar o ciclo financeiro. Segundo Assaf (2002) o intervalo de tempo que a empresa irá necessitar efetivamente de financiamento para suas atividades é chamado de ciclo financeiro, isto é, compreende o momento de desembolso inicial de caixa para pagamento a fornecedores até o recebimento da venda do produto.

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Receita Operacional Líquida}}{\text{Ativo Total}}$$

Giro do ativo total Indica a eficiência com a qual a empresa usa seus ativos para gerar vendas. Quanto maior o giro, maior a eficiência.¹⁰ Possibilitando, assim, incrementar a rentabilidade da empresa.

2.3.3.5.5 Análise dos Indicadores da Margem e Rentabilidade

Para Savytzky

o índice de rentabilidade refere-se ao lucro gerado pela empresa e é de interesse de seus sócios, que por ele verificam a remuneração do capital aplicado e de terceiros. A empresa que apresenta baixa rentabilidade compromete sua capacidade de pagamento e a tendência é de seu definhamento. (SAVYTZKY, 2008. pg. 79)

Portanto, este indicador é resultante das operações da empresa e tem por objetivo avaliar o rendimento que se obteve em determinado momento e, pode ser medido em relação às vendas, ativos, patrimônio líquido e ao valor da ação, sendo que este último não será abordado neste trabalho. Abaixo os índices mais usados para medir a rentabilidade das empresas, conforme Neves (2007):

$$\text{Rentabilidade do Capital Próprio} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

O índice de rentabilidade do capital próprio mede como o nome diz, o quanto foi a rentabilidade do capital investido na empresa. Quanto maior, melhor, pois, com quanto maior o lucro, maior é o retorno que os sócios terão sob o investimento.

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Este indicador mede quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento total. Para Matarazzo (1995), este quociente representa uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano.¹¹

¹⁰ Site http://www.administradores.com.br/artigos/analise_de_demonstracoes_financeiras/14029/ acessado em 05/08/09, às 21hr05min.

¹¹ Site <http://www.eps.ufsc.br/disserta98/borinelli/cap4a.html>, acessado em 05/08/09, às 21hr19min.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Venda Líquida}} \times 100$$

A margem líquida representa a porcentagem proveniente das vendas, que resta após todos os custos e despesas, ou seja, é o que sobra para a empresa antes da distribuição de lucros.

Outro indicador que, também, deve ser analisado é o chamado *pay-back* do investimento, ou seja, o tempo de recuperação do capital investido. De acordo com Neves (2007) ele indica quantos anos demora, em média, para que a empresa obtenha de volta seu investimento. É obtido aplicando-se a fórmula abaixo:

$$\text{Pay-Back} = \frac{100}{\text{Taxa de Retorno do Investimento}}$$

Para encontrar a taxa de retorno de investimento, multiplica-se a margem líquida pelo giro do ativo total.

2.3.3.5.6 Indicadores de Preço e Retorno da Ação¹²

A análise deste indicador é válida apenas para empresas constituídas sob a forma de sociedade por ações e, principalmente, para aquelas que têm esses ativos cotados em bolsas de valores. (Padoveze. 2004. P. 226). Visa atender ao interesse de pessoas externas a empresa, por isso merece acompanhamento da administração, com o objetivo de saber qual é a visão do mercado sobre a sua empresa.

De acordo com Neves (2007) nesta análise são evidenciados o valor patrimonial da ação, que resulta da divisão do PL pelo número de ações do capital social realizado; o valor econômico da ação, que é o valor monetário obtido com base na cotação da ação no mercado e, por isso, é a base para fixação de seu preço para lançamento de novas ações no mercado; relação preço/lucro da ação, que expressa o número de anos que seriam necessários para reaver o capital investido numa determinada ação.

¹² Este item será abordado apenas teoricamente, pois este trabalho é voltado para análise das Micro e Pequenas Empresas, vide o item Metodologia.

A análise destes indicadores possibilita ao investidor fazer comparações entre empresas para, então, decidir qual a melhor opção de investimento com um retorno mais seguro. E ao administrador possibilita conhecer como o mercado avalia o desempenho da sua empresa, facilitando a tomada de decisão.

3 ESTUDO DE CASO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Apresentação da empresa analisada.

O estudo de caso foi realizado numa pequena empresa do ramo de auto peças e mecânica pesada, localizada na cidade de Santo Antonio do Sudoeste. Possui um quadro com 15 funcionários, 02 sócios e um supervisor geral. Trabalha em consertos de veículos da linha diesel, a partir de camionetas e caminhões, mecânica pesada, presta serviços de torno e soldas especiais e também conta com uma ampla sessão de peças e acessórios nas linhas diesel; fruto de sua parceria com as melhores indústrias do segmento, garantindo agilidade e eficiência para seus clientes.

3.2 Demonstrações Contábeis da Empresa.

3.2.1 Ativo

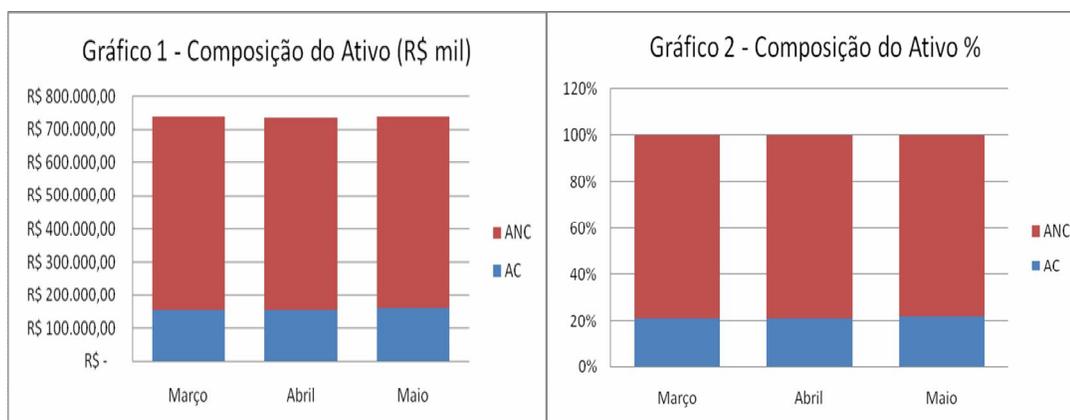
Tabela 4: Demonstração do Ativo em R\$.

	Março/09	Abril/09	Maió/09
ATIVO	787.210,14	735.126,23	737.121,54
Circulante	153.714,79	155.077,86	160.520,16
DISPONIVEL	113.425,93	80.402,62	69232,62
BANCOS	9.379,84	21.860,77	20136,22
APLICAÇÃO FINANCEIRA	104.046,09	58.541,85	49.096,40
CREDITOS A RECEBER	27.502,22	54.696,16	67.301,71
Duplicatas a receber	27.502,22	54.696,16	67.301,71
ESTOQUES	12.786,64	19.979,08	23.985,83
Estoque de mercadorias para revenda	12.786,64	19979,08	23985,83
Não Circulante	583.495,35	580.048,37	576.601,38
IMOBILIZADO	586.942,34	586942,34	586.942,34
Edificações	97.673,06	97.673,06	97.673,06
Terrenos	240.000,00	240.000,00	240.000,00
Veículos	54.682,28	54.682,28	54.682,28
Equipamentos Eletrônicos	9.887,00	9.887,00	9.887,00
Moveis e utensílios	18.140,00	18140,00	18140,00
Software	1.718,83	1.718,33	1.718,33
Aparelhos de comunicação	1.074,00	1.074,00	1.074,00
Maquinas e equipamentos	163.767,17	163.767,17	163.767,17
DEPRECIACÃO/AMORTIZACÃO	(3.446,99)	(6.893,97)	(10.340,96)
(-) Depreciação máquinas e equipamentos	(1.359,27)	(2.718,54)	(4.077,80)
(-) Depreciação de edificações	(792,00)	(1.584,00)	(2.376,00)
(-) Depreciação de equipamentos eletrônicos	(168,00)	(336,16)	(504,24)
(-) Depreciação de moveis e utensílios	(150,56)	(301,12)	(451,69)
(-) Depreciação aparelhos de comunicação	(18,26)	(36,52)	(54,77)
(-) Depreciação de veiculos	(929,60)	(1.859,20)	(2.788,80)
(-) Amortização de software	(29,22)	(58,44)	(87,66)

- Composição do Ativo

GRÁFICO 1: Composição do Ativo (R\$)

GRÁFICO 2: Composição do Ativo (%)



Através dos dados dos gráficos percebemos que não houve alterações significativas no período analisado. O total dos bens e direitos que compõe o circulante está em torno de 20% do ativo total, ou seja, grande parte das aplicações foram para bens permanentes.

3.2.2 Passivo

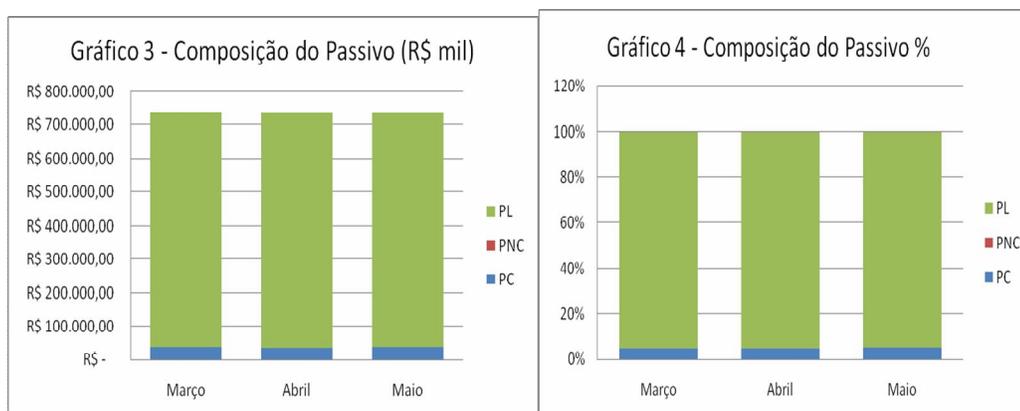
Tabela 5: Demonstração do Passivo em R\$.

	Março/09	Abril/09	Maior/09
PASSIVO	737.210,14	735.126,22	737.121,54
Circulante	36.218,08	35.716,85	38.629,30
FORNECEDORES	16.617,75	17.126,43	19.356,59
Fornecedores	16.617,75	17.126,43	19.356,59
Contas a pagar			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS			
Empréstimos bancários			
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.977,64	2.206,98	2.961,98
ICMS a recolher	1.977,64	2.206,98	2.961,98
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	17.622,69	16.383,44	16.310,73
Ordenados e salários a pagar	13.394,20	12.052,55	12.131,06
Pró-labore a pagar	2.465,00	2.465,00	2.465,00
INSS a recolher	942,63	1.002,90	889,89
FGTS a recolher	820,86	862,99	824,78
Não circulante			
PATRIMONIO LIQUIDO	700.992,06	699.409,37	698.492,24
Capital Social	700.368,27	700.368,27	700.368,27
Lucro/Prejuízo do exercício	623,79	(958,90)	(1.876,03)

- Composição do Passivo

GRÁFICO 3: Composição do Passivo (R\$)

GRÁFICO 4: Composição do Passivo (%)



No passivo, também, não houve grandes alterações no período analisado. As dívidas de curto prazo não chegam a 10% do total do passivo, além disso, percebemos que a empresa não usa recursos de terceiros a longo prazo, pois possui capital próprio bastante elevado.

3.2.3 DRE

Tabela 6: Demonstração de Resultado do Exercício em R\$.

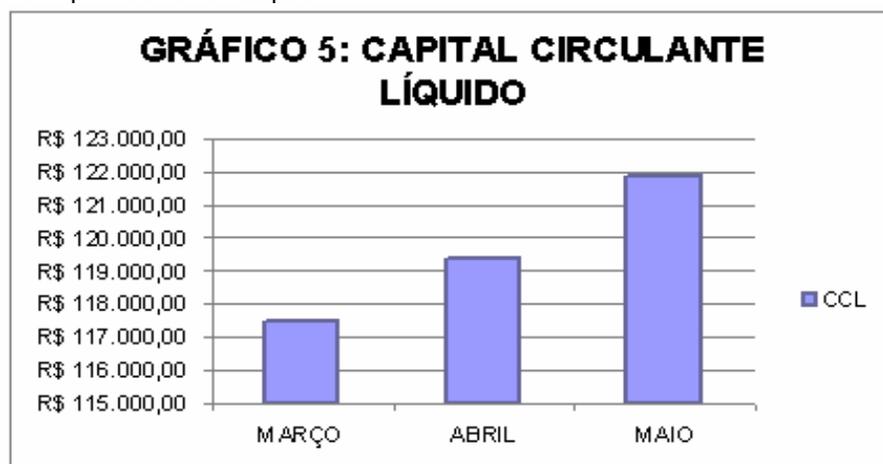
	Março/09	Abril/09	Maio/09
Demonstrativo do resultado do exercício			(continua)
Receita bruta total	38.004,13	34.743,66	34.948,66
Receita bruta com venda de mercadorias	21.811,11	19.360,65	19.503,11
Receita bruta com prestação de serviço	16.193,02	15.383,01	15.445,55
(-) Simples nacional	(1.977,64)	(2.206,98)	(2.961,98)
(-) Custo da mercadoria vendida	(13.086,67)	(11.616,39)	(11.701,87)
Receita líquida	22.939,82	20.920,29	20.284,81
Despesas operacionais	(21.615,99)	(20.402,74)	(20.308,38)
Salários e ordenados	(10.969,90)	(10.130,66)	(10.336,84)
FGTS	(820,86)	(862,99)	(824,78)
INSS	(942,63)	(1.002,90)	(889,89)
Mensalidade Sindical	(20,00)	(20,00)	(20,00)
Comissões funcionários	(2.424,30)	(1.921,89)	(1.794,22)
Pró-labore sócio	(2.465,00)	(2.465,00)	(2.465,00)
Energia elétrica	(554,20)	(591,79)	(554,31)
Água	(57,11)	(60,52)	(51,35)
Combustível	(380,00)	(365,00)	(390,00)
Depreciação/Amortização	(3.446,99)	(3.446,99)	(3.446,99)
Despesas com vendas	(400,00)	(400,00)	(400,00)
Propaganda e publicidade	(400,00)	(400,00)	(400,00)
Despesas administrativas	(1.204,95)	(1.246,11)	(1.641,06)
Taxa de coleta de lixo	(140,00)	(160,00)	(160,00)
	Março/09	Abril/09	Maio/09

Mensalidade associação comercial	(30,00)	(30,00)	(30,00)
Material de limpeza	(60,00)	(60,00)	(60,00)
Telefone	(259,60)	(255,76)	(260,21)
Honorários contábeis	(670,00)	(670,00)	(1.085,50)
Tarifas bancos	(45,35)	(65,35)	(45,35)
Resultado financeiro	1.369,91	634,66	653,60
Despesa tributaria	0	0	(518,60)
Despesa financeira	(124,00)	(5,69)	(4,85)
Receita financeira	1.245,91	628,97	1.177,05
Lucro ou prejuízo	623,79	(958,90)	(1.876,03)

Na DRE podemos observar que o CMV gira em torno de 33% a 34% do total da receita. As receitas com venda de mercadoria oscilam entre 57% e 56% e a prestação de serviço entre 44% e 43%. Porém, as despesas operacionais chamam bastante atenção por chegar a 59% da receita bruta. Nas demais contas da DRE não houve grandes variações.

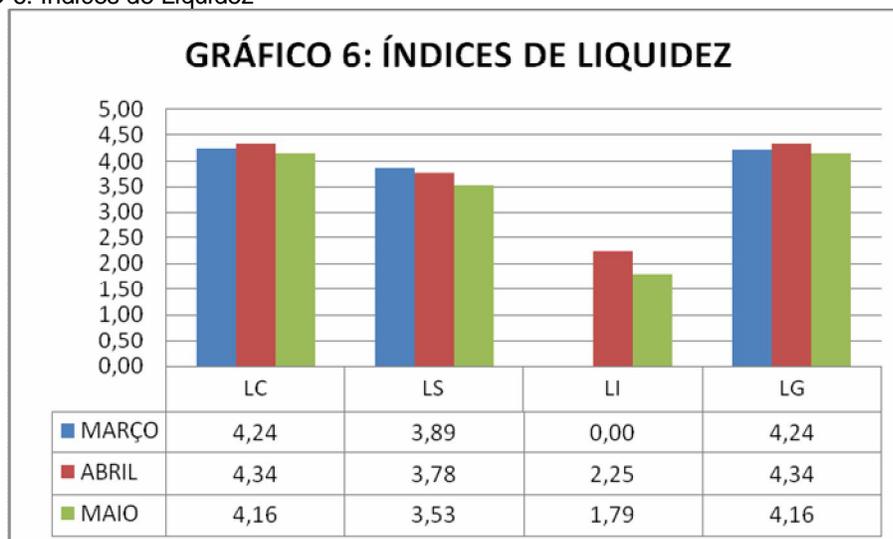
3.2.5 Índices de Liquidez

GRÁFICO 5: Capital Circulante Líquido



O CCL da empresa aumentou em cada período, em maio passa de R\$ 120 mil reais. Podemos determinar, então, que a empresa possui folga financeira. Tal conclusão pode ser confirmada se observarmos a composição do passivo, pois mostra que a empresa utiliza pouco capital de terceiros no curto prazo e nenhum no longo prazo, além de possuir um capital próprio elevado que garante o financiamento das atividades da empresa.

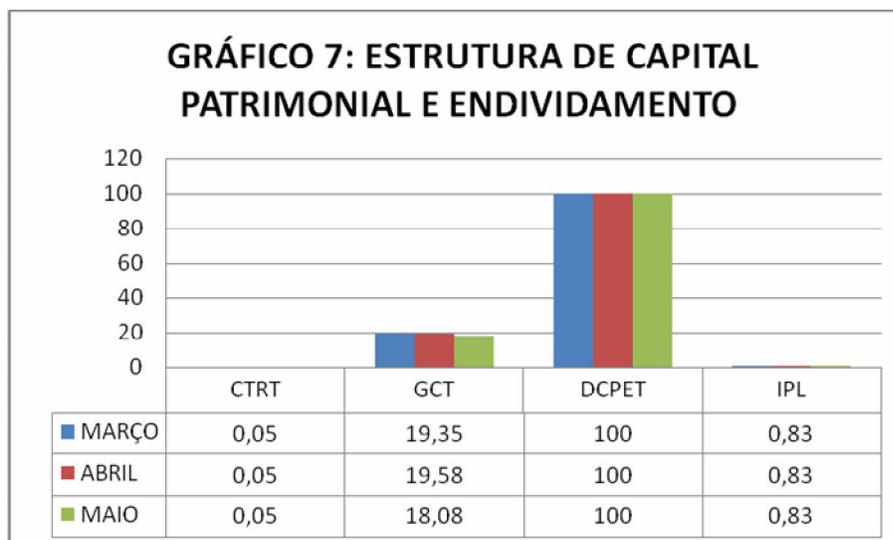
GRÁFICO 6: Índices de Liquidez



Se existe folga financeira os índices de liquidez estarão acima de 1, o que significa que a empresa não terá problemas em honrar seus compromissos. Porém, deve-se ter cuidado ao analisá-los, pois para medir a capacidade de pagamento da empresa é necessário possuir fluxos de caixa diários e não, apenas, indicadores mensais.

Por possuir uma quantia considerável em aplicações financeiras e não contrair dívidas de alto valor com terceiros no período analisado os índices de liquidez se mantiveram elevados.

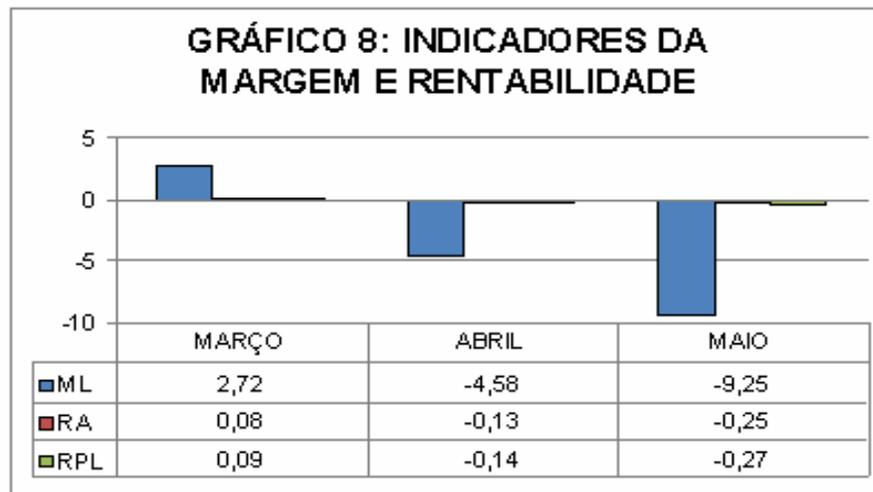
GRÁFICO 7: Estrutura de Capital Patrimonial e Endividamento



Os índices acima são considerados bons, pois os recursos adquiridos com terceiros (CTRT) não chegam a 1% do recursos totais, ou seja, a empresa possui

capital próprio para financiar a sua atividade, além disso, tem capacidade para quitar suas dívidas com terceiros, sendo, estas dívidas, em sua totalidade, de curtos prazo como mostra o índice DCPET.

GRÁFICO 8: Indicadores da Margem e Rentabilidade



Mesmo a empresa tendo folga financeira e capital próprio, não significa que terá boa rentabilidade. A rentabilidade mede o retorno do lucro sobre o capital próprio, nesta empresa, este retorno é negativo, ou seja, não está havendo retorno algum, de acordo com os dados do gráfico. Isto ocorre porque a receita mensal não foi suficiente para cobrir todas as despesas e ainda retornar aos sócios um pouco do capital investido na empresa.

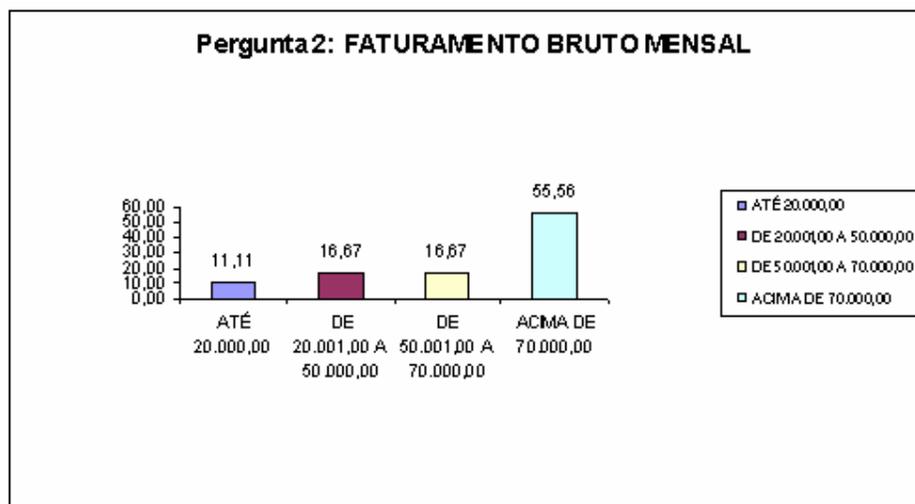
As despesas que mais influenciaram neste resultado negativo, foram as operacionais, sendo a conta salário e ordenados, comissões e depreciação as mais significativas. Deve-se, portanto, lembrar que na depreciação não existe desembolso, porém este valor deve ser lançado como despesa, já que o uso dos bens que sofreram a depreciação são utilizados na atividade da empresa.

4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Durante o mês de agosto, foi feita a visita nas empresas e aplicado o questionário em 20 estabelecimentos comerciais nas cidades de Pato Branco-PR e Pranchita-PR, sendo micro e pequenas empresas, das quais somente duas não devolveram a pesquisa respondida.

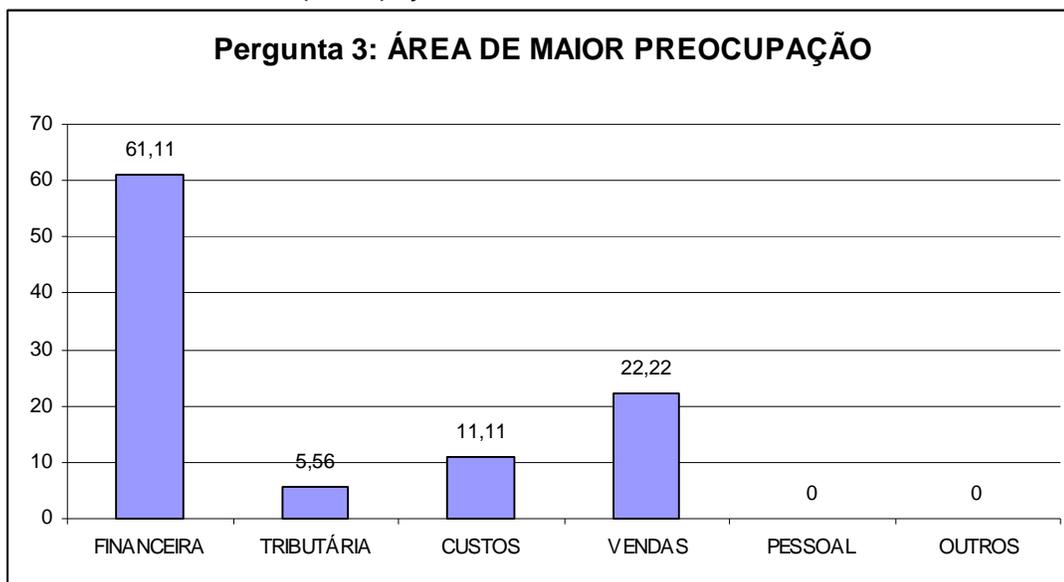
Os estabelecimentos selecionados são de diversos ramos, tais como: distribuidora de gás e água; comércio de confecções, calçados e enxovais; som e acessórios para carros; comércio de auto peças; comércio de combustíveis; mecânica de automóveis; comércio de cereais; madeireira; compra e venda de produtos agrícolas; comércio de materiais para construção; comércio de moveis e eletrodomésticos; loja de informática; distribuidora de bebidas; ótica e relojoaria; fábrica de roupas sociais; indústria de equipamentos agrícolas.

GRAFICO 9: Faturamento bruto mensal



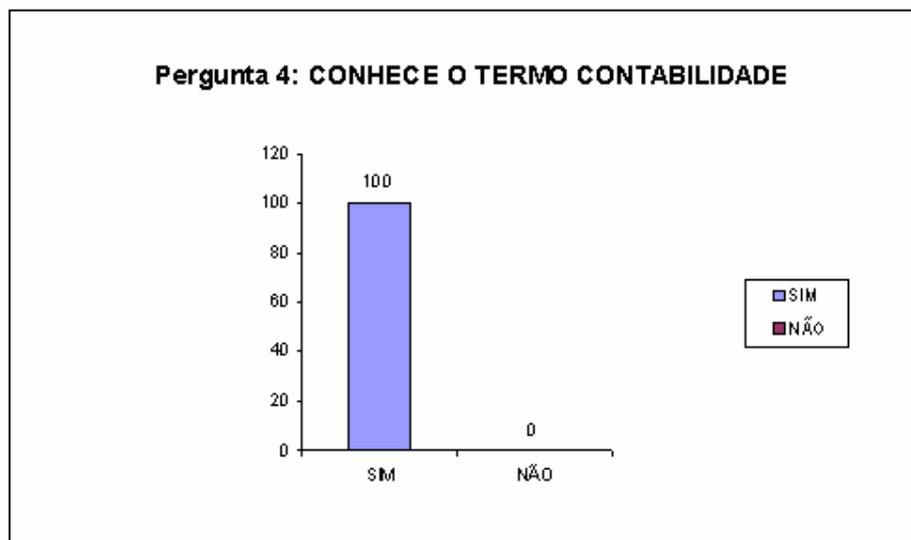
Constatamos que mais da metade das empresas visitadas possuem faturamento bruto mensal acima de R\$ 70.000,00, 17% apresentaram faturamento entre R\$ 50.001,00 a R\$ 70.000,00, outros 17% entre R\$ 20.001,00 a R\$ 50.000,00 e apenas 11% até R\$ 20.000,00. Percebe-se que a maioria, por se tratar de micro e pequenas empresas, possuem um bom faturamento.

GRÁFICO 10: Área de maior preocupação



Observamos que mais de 60% das empresas pesquisadas preocupam-se com a área financeira, por se tratar da área onde estão alocados os recursos financeiros da empresa. Em segundo lugar vem a área de vendas com 22,22% e em seguida vem a área de custos e tributária, com respectivamente, 11,11% e 5,56%. A área de pessoal ainda não desperta muito interesse pelos empresários das empresas analisadas.

GRÁFICO 11: Conhece o termo Contabilidade



Como mostra o gráfico acima 100% das empresas dizem conhecer o termo contabilidade.

GRÁFICO 12: Contabilidade nas empresas

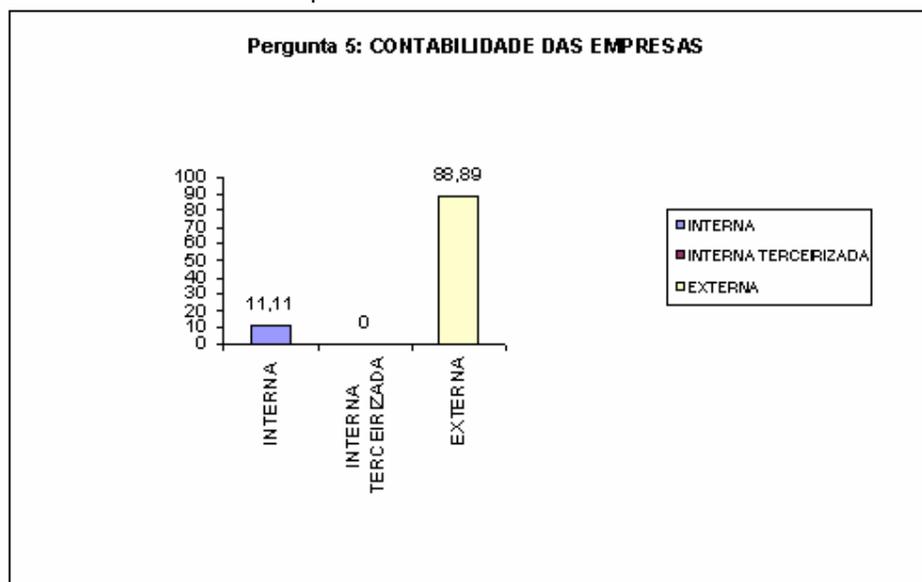
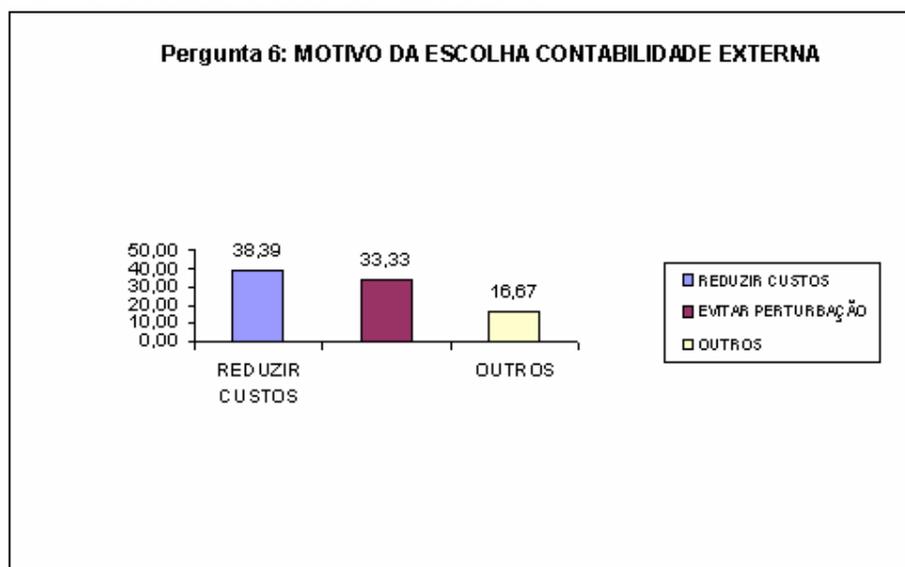
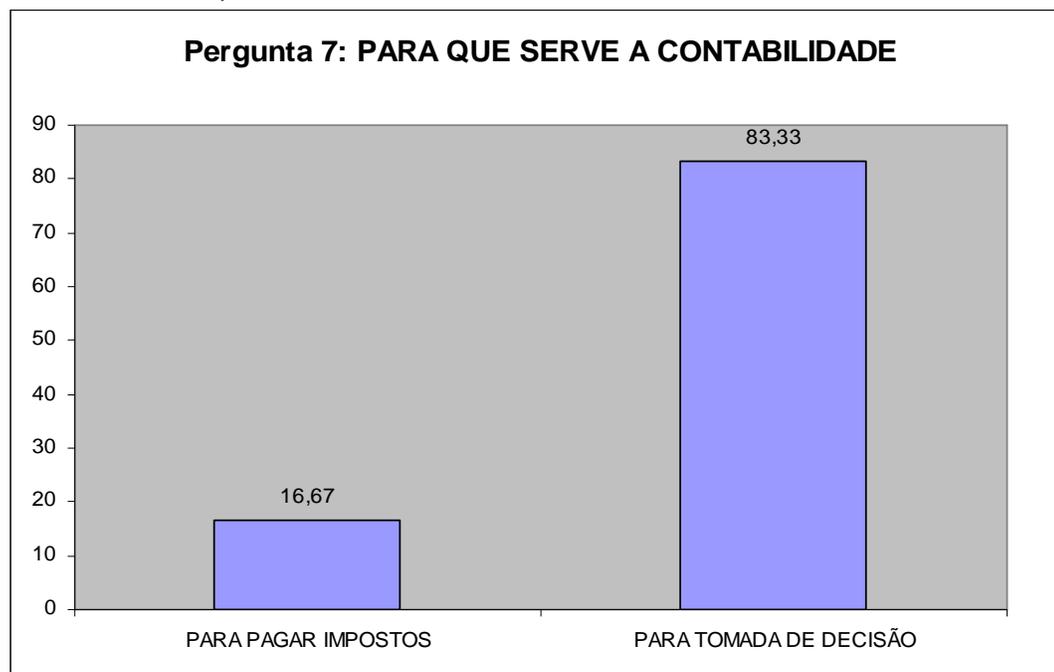


GRÁFICO 13: Motivo da escolha da contabilidade externa



Observamos que 89% das empresas preferem que a contabilidade seja feita em escritório, fora da empresa, por alegar como principal motivo a redução de custos e para evitar transtornos na empresa. E 19% alegaram desconhecimento do processo contábil e não possuir pessoal qualificado, além disso, houve quem respondesse que o motivo desta escolha é referente a laços de amizade com o contador.

GRÁFICO 14: Para que serve a contabilidade



Mais de 80% dos entrevistados acreditam que as informações geradas pela contabilidade podem auxiliar na tomada de decisão, porém, ainda há quem acredite que a contabilidade serve, somente, para pagar impostos.

Tabela 7: Apresentação do resultado das perguntas 8 a 11.

PERGUNTAS 8 a 11	%	
	SIM	NÃO
Conhece a Contabilidade Gerencial	77,78	22,22
Conhece os benefícios da Contabilidade Gerencial	77,78	22,22
Conhecendo os benefícios, implantaria na sua empresa	83,33	11,11
Gostaria de ter os dados gerenciais mensalmente	88,89	5,56

Das empresas visitadas, 22,22% responderam não conhecer a contabilidade gerencial e, tão pouco, os benefícios que esta pode trazer ao estabelecimento. Porém, mais de 80% das empresas analisadas afirmam ter interesse em implantar a contabilidade gerencial em sua administração e obter estes dados mensalmente, por acreditar que é uma ferramenta que pode auxiliar na gestão do negócio.

Na questão 12 foi perguntado de que forma os empresários tomam as decisões gerenciais em suas empresas. Foram citados vários métodos, tais como:

- Com base na necessidade e orçamento;
- Com base nos valores de mercado e concorrência;
- Com base em relatórios de faturamento;

- Com base no balanço gerencial
- Com base nos dados da empresa;
- Com base nos dados fornecidos pela contabilidade gerencial;
- Com base no faturamento e na produção diária e semanal;
- Com base nas informações obtidas com o contador;
- Com base no sistema que a empresa possui que possibilita ter acesso as informações gerenciais;
- Com base no resultado, tendências e necessidades do mercado e dos clientes;
- Com base nas compras e no volume de vendas, na disponibilidade financeira e lucro.
- Com base nas vendas.

Analisando as respostas acima, observamos que a maioria dos empresários toma decisões gerenciais com base em relatórios de compras e vendas. Concluimos, portanto, que até mesmo os empresários que afirmaram conhecer a contabilidade gerencial não a entendem de fato, pois decisões gerenciais não são tomadas, apenas, com base em relatórios de compra e venda, mas sim com outras ferramentas, inclusive, as citadas neste trabalho. Tal conclusão pode ser confirmada observando o gráfico a seguir, onde mais de 60% dos empresários responderam que analisam os “números” da sua empresa pelo total do faturamento.

GRAFICO 15: Como analisa os números da sua empresa

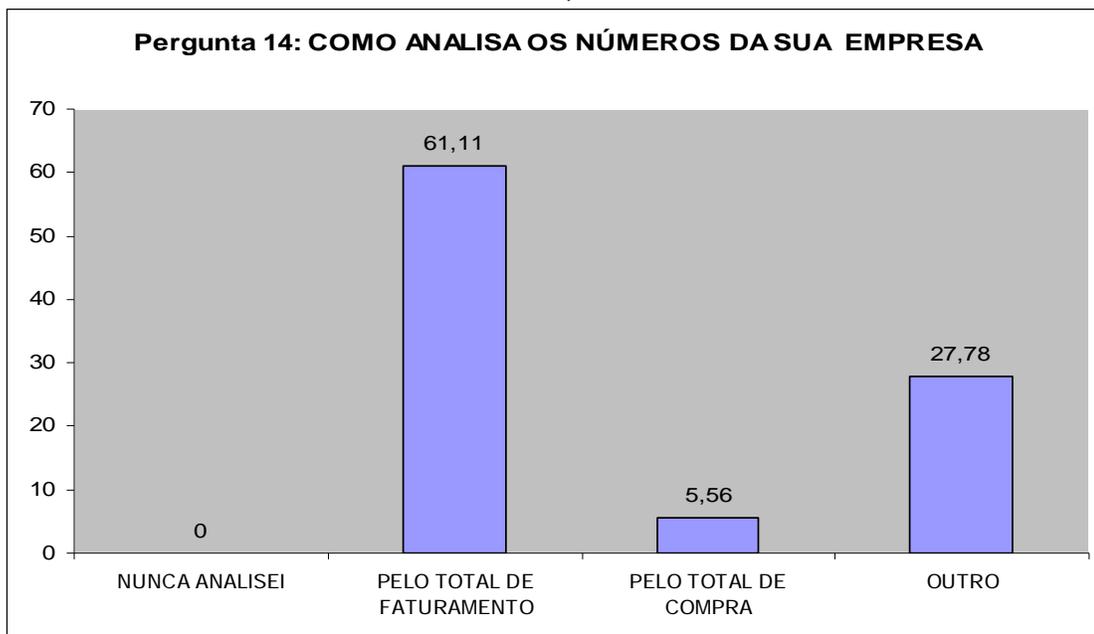


GRÁFICO 16: Existe fluxo de caixa na empresa

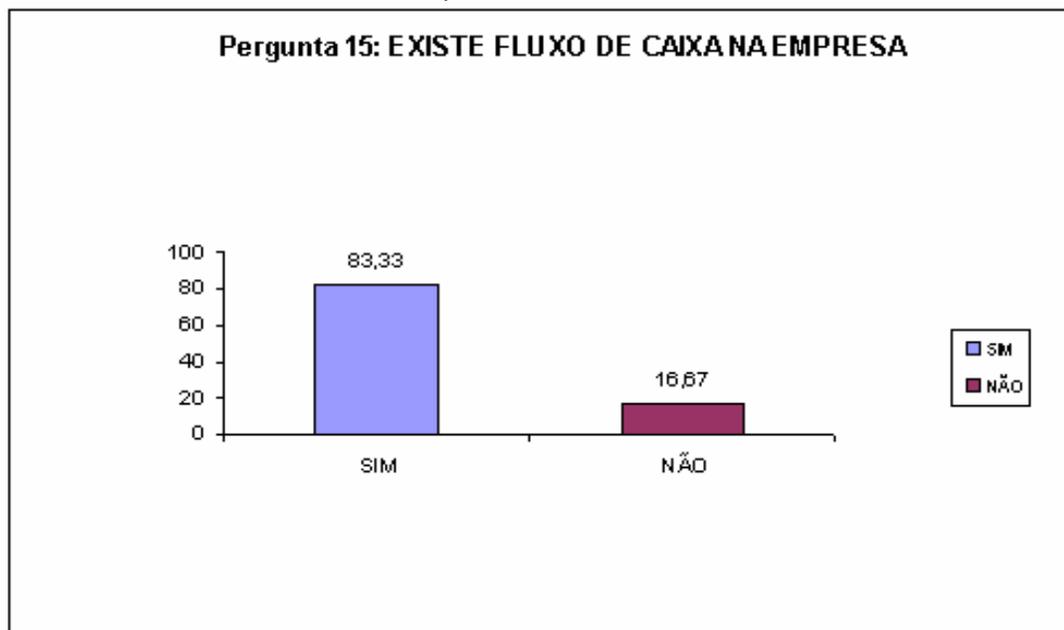
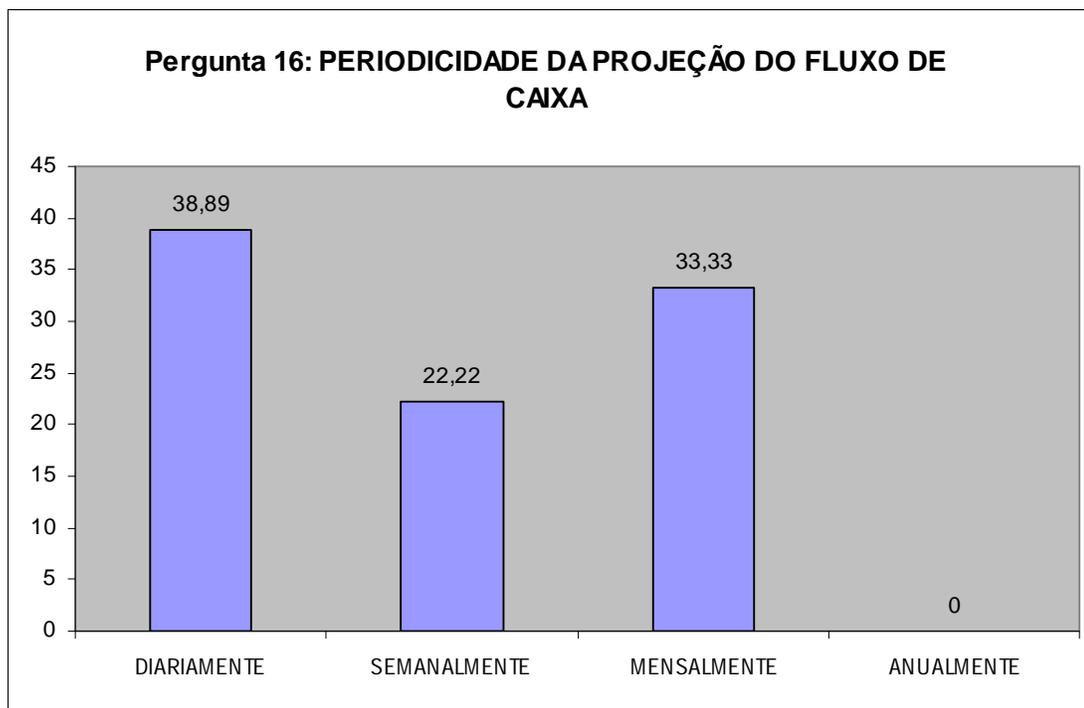


GRAFICO 17: Periodicidade da projeção do fluxo de caixa



Apesar da grande maioria das empresas entrevistadas não conhecer a contabilidade gerencial de fato, verificamos que em mais de 80% delas existe um fluxo de caixa. Porém, em apenas, 38,89% dos entrevistados este fluxo de caixa é realizado diariamente.

Tabela 8: Apresentação do resultado das perguntas 17 a 20

PERGUNTAS 17 a 20	%	%
	SIM	NÃO
Conhece o BL e a DRE da sua empresa	88,89	11,11
Já teve o BL e a DRE da sua empresa analisados	77,78	22,22
A contabilidade gerencial já foi oferecida para sua empresa	50	50
Já utilizou a contabilidade como instrumento para tomar alguma decisão importante na sua empresa	83,33	16,67

Ainda hoje existem empresários que desconhecem os principais demonstrativos da sua empresa, ou seja, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Porém, de acordo com a pesquisa 77,78% dos entrevistados já tiveram estes demonstrativos analisados.

Constatamos que a contabilidade gerencial ainda está distante da realidade dos pequenos empresários, pois em apenas 50% dos entrevistados este serviço já foi oferecido. Percebemos, ainda, que a contabilidade gerencial tem um grande campo a ser conquistado, pois, mais de 80% afirmaram já ter usado a contabilidade como instrumento para tomar alguma decisão importante na sua empresa.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo abordar a contabilidade gerencial e o uso desta pelas micro e pequenas empresas, verificando a importância das informações geradas para a tomada de decisão.

Com base na pesquisa bibliográfica observamos que a contabilidade gerencial pode auxiliar na gestão das micro e pequenas empresas, já que o usuário pode moldá-la de acordo com a sua necessidade de informação possuindo, assim, uma visão mais clara da empresa.

Dentre as ferramentas da contabilidade gerencial, as consideradas indispensáveis para uma boa administração, de acordo com a pesquisa, são:

- os controles internos, que pode fornecer relatórios e análises precisas, onde demonstram a situação da organização;
- os sistemas de custeio, já que os custos influenciam na determinação da receita, na tomada de decisão, no planejamento, nas avaliações e nos controles. Os sistemas de custeio abordados neste trabalho foram o custeio por absorção, custeio variável e o custeio ABC. A pesquisa identificou que dentre estes, o sistema que pode oferecer maiores informações gerenciais é o sistema de custeio ABC;
- as análises das demonstrações contábeis, que podem propiciar avaliações do patrimônio e das decisões tomadas, tanto em relação ao passado quanto em relação ao futuro aumentando, assim, a segurança nas decisões do empresário.

Verificou-se através dos índices de liquidez que a empresa analisada possui folga financeira, tem capital próprio para financiar a atividade, porém, a receita auferida nos últimos três meses não foi suficiente para cobrir as despesas operacionais, ocasionando, nos últimos dois meses, prejuízo. Constatou-se que as dívidas da empresa são, somente, operacionais e de curto prazo, ou seja, possui compromisso apenas com fornecedores de produtos.

À administração da empresa a qual foi realizado o estudo de caso, sugeriu-se que revise seus controles internos a fim de conseguir dados corretos para obter um parâmetro de comparação para auxiliar na tomada de decisão. A comparação entre períodos poderá oferecer ao administrador informações importantes e possibilitar, futuramente, projeções sobre o seu negócio.

Sugeriu-se, também, ao administrador é a realização de um fluxo de caixa diário e análise de balancetes mensais. Ainda, é necessário implantar um controle de custo eficiente, ou seja, aquele que irá apontar o custo real do produto ou serviço e, também, identificar em qual atividade, se é na venda de auto peças ou serviço de mecânica pesada, que ele está obtendo maior retorno.

Foi aplicado um questionário com objetivo de identificar o conhecimento dos micro e pequenos empresários sobre a contabilidade gerencial, seus benefícios e sua importância para a gestão do negócio.

Entre as empresas entrevistadas foi verificado que a maioria dos empresários não possui o conhecimento sobre as ferramentas e o benefício que a contabilidade gerencial pode oferecer, pode-se chegar a tal conclusão devido à divergência entre as repostas obtidas através do questionário.

Através dos dados obtidos verificou-se que falta aos empresários controles internos eficientes, ou seja, que ofereçam a eles informações completas para a gestão do negócio, pois como o estudo bibliográfico mostrou, algumas ferramentas são indispensáveis para a tomada de decisão, como por exemplo, o fluxo de caixa que permite um planejamento e uma projeção financeira.

Portanto, apesar dos entrevistados apresentarem falta de conhecimento sobre a contabilidade gerencial, foi observado que eles acham que ela seria importante para administração da sua empresa e afirmam que tem interesse em implantá-la.

6 - REFERÊNCIAS

FAVERO, Hamilton L.; LONARDONI, Mário; DE SOUZA, Clovis; TAKAKURA, Massakazu. **Contabilidade Teoria e Prática**: Editora Atlas. 2005. São Paulo.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. **Contabilidade Gerencial**. 12 edição. Editora: PEARSON Prentice Hall. São Paulo.2004.

IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen C; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo W; JÚNIOR, Ramon D. **Contabilidade Introdutória** – 9ªedicao.Atlas. São Paulo.1998. Equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Análise das demonstrações financeiras/** Clóvis Luiz Padoveze, Gideon Carvalho de Benedicto. 2 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NEVES, Silvério das. Contabilidade **Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras/** Silvério das Neves, Paulo Eduardo V. Viceconti. 15 ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Frase Editora, 2007.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SAVYTZKY, Taras. **Análise de Balanços – Método Prático**. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998

MARION, José Carlos; REIS, Arnaldo Carlos de Rezende; Coordenadores e. **Mudanças nas Demonstrações Contábeis/** São Paulo: Saraiva, 2003 – Vários Autores.

HOSS, Osni; et. al. **Conhecimento e Aplicação Contábil**. Osni Hoss, – Cascavel: DRHS – Osni Hoss, 2006. Outros autores: Luiz Fernando Casagrande; Delci Grapegia Dal Vesco; Cláudio Metzner.

ATKINSON, Antony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S. Mark. **Contabilidade Gerencial**. 1ª edição. São Paulo. 2000. Editora Atlas.

ASSAF NETO, Alexandre; TIBÚRCIO SILVA, César Augusto. **Administração do capital de giro**. / Alexandre Assaf Neto, – 3 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

DE SÁ, Antonio Lopes. **Moderna Análise de Balanços ao Alcance de todos**. 2ª edição – Revista e Atualizada. Curitiba: Editora Juruá. 2008.

Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2008. / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos]. -- Brasília, DF : DIEESE, 2008.

Lei complementar 123/2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/simplesNacional.htm#Leis Complementares>,

7 – ANEXOS

7.1 QUESTIONÁRIO

1. Qual é o ramo de atividade da sua empresa?

Resposta: _____

2. O faturamento bruto mensal de sua empresa está:

- até 20.000,00
- de 20.001,00 a 50.000,00
- de 50.001,00 a 70.000,00
- acima de 70.000,00

3. Qual área da sua empresa você dá mais atenção:

- financeira (contas a pagar e a receber)
- tributária (impostos)
- custos (cálculo e controle)
- vendas
- pessoal (colaboradores)
- outro: _____

4. Você conhece o termo contabilidade?

- sim
- não

5. A contabilidade da sua empresa é:

- interna, feita na própria empresa, com funcionários próprios.
- interna, feita na própria empresa, com funcionários terceirizados (de outra empresa).
- externa, feita em escritório de contabilidade.

6. Caso a contabilidade seja externa, feita em escritório de contabilidade, por qual motivo fez esta escolha?

- reduzir custos
- para evitar perturbação

outro _____.

7. Pelo seu conhecimento, para que serve a contabilidade?

para pagar impostos

para tomada de decisão com base em suas informações

8. Você conhece a contabilidade gerencial?

sim

não

9. Conhece quais os benefícios que a contabilidade gerencial pode trazer para a sua empresa?

sim

não

10. Conhecendo tais benefícios, implantaria na sua empresa?

sim

não

11. Gostaria de ter os dados gerenciais todos os meses?

sim

não

12. Com base em que você toma decisões gerenciais em sua empresa?

Resposta:

13. De que forma você toma as decisões de formação do preço de venda do seu produto, por exemplo.

aplica um percentual sob o preço de compra

tem controle do custo e sob este aplica o percentual desejado.

14. De que forma você analisa os “números” da sua empresa?

nunca analisei

pelo total de faturamento

pelo total de compra

outro _____

15. Na sua empresa existe a projeção de pagamentos e recebimentos, ou seja, fluxo de caixa?

sim

não

16. Com base na questão anterior, com qual periodicidade realiza a projeção do fluxo de caixa?

diariamente

semanalmente

mensalmente

anualmente

17. Você conhece o balanço patrimonial e a demonstração de resultado da sua empresa?

sim

não

18. Você já teve o balanço patrimonial e demonstração de resultado da sua empresa analisados?

sim

não

19. A contabilidade gerencial já foi oferecida para sua empresa?

sim

não

20. Já utilizou a contabilidade como instrumento para tomar alguma decisão importante para a sua empresa?

sim

não

7.2 BALANÇO PATRIMONIAL E DRE COM ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL

	mar/09	AV	AH	abr/09	AV	AH	mai/09	AV	AH
Ativo	R\$ 737.210,14	100%		R\$ 735.126,23	100%	(0,00)	R\$ 737.121,54	100%	0,00
Circulante	R\$ 153.714,79	0,21		R\$ 155.077,86	0,21	0,01	R\$ 160.520,16	0,22	0,04
DISPONIVEL	R\$ 113.425,93	0,15		R\$ 80.402,62	0,11	(0,29)	R\$ 69.232,62	0,09	(0,14)
BANCO	R\$ 9.379,84	0,01		R\$ 21.860,77	0,03	1,33	R\$ 20.136,22	0,03	(0,08)
Caixa Economica Federal C/C	R\$ 835,59	0,00		R\$ 1.468,10	0,00	0,76	R\$ 1.600,61	0,00	0,09
Banco do Brasil C/C	R\$ 1.916,46	0,00		R\$ 6.236,27	0,01	2,25	R\$ 6.122,87	0,01	(0,02)
Banco Itau C/C	R\$ 750,99	0,00		R\$ 4.271,04	0,01	4,69	R\$ 3.133,18	0,00	(0,27)
Banco Sicredi C/C	R\$ 5.876,80	0,01		R\$ 9.885,36	0,01	0,68	R\$ 9.279,56	0,01	(0,06)
APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 104.046,09	0,14		R\$ 58.541,85	0,08	(0,44)	R\$ 49.096,40	0,07	(0,16)
Caixa Economica Federal	R\$ 3.285,78	0,00		R\$ 3.405,48	0,00	0,04	R\$ 3.525,18	0,00	0,04
Banco do Brasil	R\$ 76.986,52	0,10		R\$ 30.918,59	0,04	(0,60)	R\$ 30.918,59	0,04	-
Banco Itau	R\$ 20.674,82	0,03		R\$ 20.801,01	0,03	0,01	R\$ 10.917,23	0,01	(0,48)
Banco Sicredi	R\$ 3.098,97	0,00		R\$ 3.416,77	0,00	0,10	R\$ 3.735,40	0,01	0,09
CRÉDITOS A RECEBER	R\$ 27.502,22	0,04		R\$ 54.696,16	0,07	0,99	R\$ 67.301,71	0,09	0,23
Duplicatas a receber	R\$ 27.502,22	0,04		R\$ 54.696,16	0,07	0,99	R\$ 67.301,71	0,09	0,23
ESTOQUES	R\$ 12.786,64	0,02		R\$ 19.979,08	0,03	0,56	R\$ 23.985,83	0,03	0,20
Estoque de mercadorias para revenda	R\$ 12.786,64	0,02		R\$ 19.979,08	0,03	0,56	R\$ 23.985,83	0,03	0,20
Não Circulante	R\$ 583.495,35	0,79		R\$ 580.048,37	0,79		R\$ 576.601,38	0,78	
Permanente	R\$ 583.495,35	0,79		R\$ 580.048,37	0,79	(0,01)	R\$ 576.601,38	0,78	(0,01)
IMOBILIZADO	R\$ 586.942,34	0,80		R\$ 586.942,34	0,80	-	R\$ 586.942,34	0,80	-
Edificações	R\$ 97.673,06	0,13		R\$ 97.673,06	0,13	-	R\$ 97.673,06	0,13	-
Terrenos	R\$ 240.000,00	0,33		R\$ 240.000,00	0,33	-	R\$ 240.000,00	0,33	-
Veiculos	R\$ 54.682,28	0,07		R\$ 54.682,28	0,07	-	R\$ 54.682,28	0,07	-
Equipamentos Eletronicos	R\$ 9.887,00	0,01		R\$ 9.887,00	0,01	-	R\$ 9.887,00	0,01	-
Móveis e Utensilios	R\$ 18.140,00	0,02		R\$ 18.140,00	0,02	-	R\$ 18.140,00	0,02	-
Software	R\$ 1.718,83	0,00		R\$ 1.718,83	0,00	-	R\$ 1.718,83	0,00	-
Aparelhos de comunicação	R\$ 1.074,00	0,00		R\$ 1.074,00	0,00	-	R\$ 1.074,00	0,00	-
Máquinas e Equipamentos	R\$ 163.767,17	0,22		R\$ 163.767,17	0,22	-	R\$ 163.767,17	0,22	-
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	R\$ (3.446,99)	(0,00)		R\$ (6.893,97)	(0,01)	1,00	R\$ (10.340,96)	(0,01)	0,50
(-) Depreciação de máquinas e equipamentos	R\$ (1.359,27)	(0,00)		R\$ (2.718,54)	(0,00)	1,00	R\$ (4.077,80)	(0,01)	0,50
(-) Depreciação de edificações	R\$ (792,00)	(0,00)		R\$ (1.584,00)	(0,00)	1,00	R\$ (2.376,00)	(0,00)	0,50
(-) Depreciação de equipamentos eletronicos	R\$ (168,08)	(0,00)		R\$ (336,16)	(0,00)	1,00	R\$ (504,24)	(0,00)	0,50
(-) Depreciação de móveis e utensilios	R\$ (150,56)	(0,00)		R\$ (301,12)	(0,00)	1,00	R\$ (451,69)	(0,00)	0,50
(-) Depreciação de aparelhos de comunicação	R\$ (18,26)	(0,00)		R\$ (36,52)	(0,00)	1,00	R\$ (54,77)	(0,00)	0,50
(-) Depreciação de Veiculos	R\$ (929,60)	(0,00)		R\$ (1.859,20)	(0,00)	1,00	R\$ (2.788,80)	(0,00)	0,50
(-) Amortização de software	R\$ (29,22)	(0,00)		R\$ (58,44)	(0,00)	1,00	R\$ (87,66)	(0,00)	0,50

	mar/09	AV	AH	abr/09	AV	AH	mai/09	AV	AH
Passivo	R\$ 737.210,14	100%		R\$ 735.126,22	100%	(0,00)	R\$ 737.121,54	100%	0,00
Circulante	R\$ 36.218,08	0,05		R\$ 35.716,85	0,05	(0,01)	R\$ 38.629,30	0,05	0,08
FORNECEDORES	R\$ 16.617,75	0,02		R\$ 17.126,43	0,02	0,03	R\$ 19.356,59	0,03	0,13
Fornecedores	R\$ 16.617,75	0,02		R\$ 17.126,43	0,02	0,03	R\$ 19.356,59	0,03	0,13
Contas a Pagar	-	-		-	-	-	-	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ -	-		R\$ -	-	-	R\$ -	-	-
Empréstimos bancários	-	-		-	-	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 1.977,64	0,00		R\$ 2.206,98	0,00	0,12	R\$ 2.961,98	0,00	0,34
ICMS a recolher	R\$ 1.977,64	0,00		R\$ 2.206,98	0,00	0,12	R\$ 2.961,98	0,00	0,34
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 17.622,69	0,02		R\$ 16.383,44	0,02	(0,07)	R\$ 16.310,73	0,02	(0,00)
Ordenados e salários a pagar	R\$ 13.394,20	0,02		R\$ 12.052,55	0,02	(0,10)	R\$ 12.131,06	0,02	0,01
Pró-labore a pagar	R\$ 2.465,00	0,00		R\$ 2.465,00	0,00	-	R\$ 2.465,00	0,00	-
INSS a recolher	R\$ 942,63	0,00		R\$ 1.002,90	0,00	0,06	R\$ 889,89	0,00	(0,11)
FGTS a recolher	R\$ 820,86	0,00		R\$ 862,99	0,00	0,05	R\$ 824,78	0,00	(0,04)
Não Circulante	R\$ -	-		R\$ -	-	-	R\$ -	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 700.992,06	0,95		R\$ 699.409,37	0,95	(0,00)	R\$ 698.492,24	0,95	(0,00)
Capital Social	R\$ 700.368,27	0,95		R\$ 700.368,27	0,95	-	R\$ 700.368,27	0,95	-
Lucro/Prejuízo do exercício	R\$ 623,79	0,00		R\$ (958,90)	(0,00)	(2,54)	R\$ (1.876,03)	(0,00)	0,96

Demonstrativo do Resultado do Exercício											
Receita Bruta Total	R\$	38.004,13	100%	R\$	34.743,66	100%	-0,09	R\$	34.948,66	100%	0,01
Receita bruta com venda de mercadoria	R\$	21.811,11	57%	R\$	19.360,65	56%	-0,11	R\$	19.503,11	56%	0,01
Receita bruta com prestação de serviço	R\$	16.193,02	43%	R\$	15.383,01	44%	-0,05	R\$	15.445,55	44%	0,00
(-) Simples Nacional	R\$	(1.977,64)	-5%	R\$	(2.206,98)	-6%	0,12	R\$	(2.961,98)	-8%	0,34
(-) Custo da Mercadoria Vendida	R\$	(13.086,67)	-34%	R\$	(11.616,39)	-33%	-0,11	R\$	(11.701,87)	-33%	0,01
Receita Líquida	R\$	22.939,82	60%	R\$	20.920,29	60%	-0,09	R\$	20.284,81	58%	-0,03
			0%			0%				0%	
Despesas Operacionais	R\$	(22.080,99)	-58%	R\$	(20.867,74)	-60%	-0,05	R\$	(20.773,38)	-59%	0,00
Salários e ordenados	R\$	(10.969,90)	-29%	R\$	(10.130,66)	-29%	-0,08	R\$	(10.336,84)	-30%	0,02
FGTS	R\$	(820,86)	-2%	R\$	(862,99)	-2%	0,05	R\$	(824,78)	-2%	-0,04
INSS	R\$	(942,63)	-2%	R\$	(1.002,90)	-3%	0,06	R\$	(889,89)	-3%	-0,11
Mensalidade sindical	R\$	(20,00)	0%	R\$	(20,00)	0%	0,00	R\$	(20,00)	0%	0,00
Comissões Funcionários	R\$	(2.424,30)	-6%	R\$	(1.921,89)	-6%	-0,21	R\$	(1.794,22)	-5%	-0,07
Pró-labore sócio	R\$	(2.465,00)	-6%	R\$	(2.465,00)	-7%	0,00	R\$	(2.465,00)	-7%	0,00
Energia elétrica	R\$	(554,20)	-1%	R\$	(591,79)	-2%	0,07	R\$	(554,31)	-2%	-0,06
Água	R\$	(57,11)	0%	R\$	(60,52)	0%	0,06	R\$	(51,35)	0%	-0,15
Combustível	R\$	(380,00)	-1%	R\$	(365,00)	-1%	-0,04	R\$	(390,00)	-1%	0,07
Depreciação/Amortização	R\$	(3.446,99)	-9%	R\$	(3.446,99)	-10%	0,00	R\$	(3.446,99)	-10%	0,00
Despesa com Vendas	R\$	(400,00)	-1%	R\$	(400,00)	-1%	0,00	R\$	(400,00)	-1%	0,00
Propaganda e publicidade	R\$	(400,00)	-1%	R\$	(400,00)	-1%	0,00	R\$	(400,00)	-1%	0,00
Despesa Administrativa	R\$	(1.204,95)	-3%	R\$	(1.246,11)	-4%	0,03	R\$	(1.641,06)	-5%	0,32
Taxa de coleta de lixo	R\$	(140,00)	0%	R\$	(160,00)	0%	0,14	R\$	(160,00)	0%	0,00
Mensalidade Associação comercial	R\$	(30,00)	0%	R\$	(30,00)	0%	0,00	R\$	(30,00)	0%	0,00
Material de limpeza	R\$	(60,00)	0%	R\$	(65,00)	0%	0,08	R\$	(60,00)	0%	-0,08
Telefone	R\$	(259,60)	-1%	R\$	(255,76)	-1%	-0,01	R\$	(260,21)	-1%	0,02
Honorários Contábeis	R\$	(670,00)	-2%	R\$	(670,00)	-2%	0,00	R\$	(1.085,50)	-3%	0,62
Tarifas bancos	R\$	(45,35)	0%	R\$	(65,35)	0%	0,44	R\$	(45,35)	0%	-0,31
Resultado Financeiro	R\$	1.369,91	4%	R\$	634,66	2%	-0,54	R\$	653,60	2%	0,03
Despesa Tributária	R\$	-	0%	R\$	-	0%		R\$	(518,60)	-1%	
Despesa financeira	R\$	(124,00)	0%	R\$	(5,69)	0%	-0,95	R\$	(4,85)	0%	-0,15
Receita financeira	R\$	1.245,91	3%	R\$	628,97	2%	-0,50	R\$	1.177,05	3%	0,87
Lucro Líquido	R\$	623,79	2%	R\$	(958,90)	-3%	-2,54	R\$	(1.876,03)	-5%	0,96